

A “República bem ordenada” e a “sombra da liberdade”: Guicciardini e o melhor governo possível.

“È tanto bello, tanto onorevole e magnifico pensiero el considerare circa e’ governi publichi, da’ quali depende el bene essere, la salute, la vita degli uomini e tutte le azione egregie che si fanno in questo mondo inferiore, che ancora che non s’avessi speranza alcuna che quello che si pensa o si disegna potessi mai succedere, non si può dire se non che meriti di essere laudato chi applica l’animo e consuma ancora qualche parte del tempo nella contemplazione di sì onesta e sì degna materia”. (Francesco Guicciardini. *Dialogo del Reggimento di Firenze*, Proemio, p.13).

A permanência em terras espanholas atuou de maneira decisiva para a mudança de olhar de Guicciardini para as coisas da política. Se for comparada aos textos posteriores a 1512, a *Storie Fiorentine* parecerá pouco analítica e, em certos pontos, ingênua, com seu recurso a um “passado ideal” e a defesa de um governo puramente aristocrático. Ainda assim, o horizonte de textos como o *Discorso di Logrogno* e o *Dialogo del reggimento di Firenze* permanece o mesmo da história juvenil: a reforma do *reggimento* florentino. A mudança operada em seus tratados posteriores a 1512 está na apreciação dos “meios” necessários: Guicciardini deixa de ver com bons olhos o domínio *ottimati*, e procura pensar um tipo de organização política que se adeque tanto à demanda de participação política do povo florentino quanto à necessidade de controle de certas magistratura pelos homens qualificados como virtuosos e prudentes.

Os princípios do bom governo que orientam o escritor florentino permanecem os mesmos: liberdade, concórdia, harmonia, justiça e condução virtuosa da *res publica*; todavia, o simples recurso a um “passado ideal” em que esses valores haviam prosperado já não se mostrava capaz de garantir um modelo adequado de reforma do *reggimento*, que desse conta de todos os problemas inerentes a um tempo de corrupção. Assim, Guicciardini procura estabelecer um tipo de análise *ragionevole* – razoável, ou racional em um sentido pragmático – da situação presente, com base em três premissas: (a) apreciação de certas características imutáveis do homem, inscritas na natureza humana; (b) consideração da natureza particular do povo florentino, suas características comunais inerentes; (c) análise da conjuntura histórica imediata e das exigências

suscitadas por ela. Combinando estas três premissas, Guicciardini define modelos possíveis de reforma do *reggimento*, habilitados a produzir *efeitos* adequados voltados à atenuação do processo de corrupção. Trata-se da busca de um “melhor governo possível”, calcado na observação atenta do homem em seu contexto *histórico e comunal* – a cidade –, sem esquecer que os seres humanos não mudam, permanecem *naturalmente* atrelados às mesmas necessidades, ambições e desejos. Deve-se notar, contudo, que os meios empregados pelo autor visam a um fim último: a realização dos princípios do bom governo, herdados da tradição e jamais questionados. Ainda que reconhecesse a impossibilidade de efetivação deste governo ideal em um momento de corrupção, Guicciardini procurava se pautar por estes princípios; assim, seu “melhor governo possível” permanece, ainda que como sombra distante, conectado a estes valores.

O olhar para as coisas da política exige, ainda, uma atenção redobrada. Aqueles que buscam a constituição de juízos eficientes devem ter cuidado em suas apreciações, para que estas não se mostrem falazes e inadequadas, como os próprios argumentos empregados por Guicciardini em sua *Storie Fiorentine*. Assim, para que as três premissas da análise *ragionevole* – apreciação da natureza humana, consideração da natureza particular da “comuna” e análise da conjuntura histórica imediata – sejam cumpridas, faz-se necessário olhar com discernimento para as coisas do mundo: através da *discrezione*, o analista consegue separar as “diversidades substanciais” – aquilo que permanece e retorna ao longo dos tempos – dos *accidenti*, acontecimentos fortuitos sujeitos aos caprichos da *Fortuna*. A análise com *discrezione* é a característica essencial, mas não única, dos prudentes: para que seu juízo seja completo, o analista precisa se valer das lições das “histórias antigas e modernas”, aliada à experiência prática em assuntos públicos.

Com base nestas premissas, as quais denominei “método prudencial de análise da política”, Guicciardini procura erigir suas análises concretas, com vistas à definição de modelos reformadores adequados. Os resultados encontrados em seus textos são bastante variáveis, o que se adequa plenamente à seus objetivos: uma análise eficiente, que se mostre capaz de gerar efeitos apropriados, deve partir da consideração da mutabilidade das coisas da política; ao mesmo tempo, deve buscar no “recorrente” bases sólidas para a ação. É o que Guicciardini fará nos textos analisados a seguir, nos quais procura pensar as formas apropriadas de reforma do governo florentino em seus próprios contextos particulares.

8.1

A “República bem ordenada”: o *Discorso di Logrogno* (1512).

Em 1512, enquanto exercia a embaixada na Espanha, Guicciardini escreveu um tratado – conhecido como *Discorso di Logrogno* – em que discute uma possível reforma política da cidade de Florença. Neste discurso, o autor propõe um aperfeiçoamento do *reggimento* florentino, visto como frágil e pouco eficiente; já na *Storie Fiorentine*, o escritor detectara as falhas da República de 1494: licenciosidade, má repartição dos cargos, morosidade na tomada de decisões, ausência de sigilo, desequilíbrio entre os *grandi* e o *universale*.¹ Se, no texto iniciado em 1508, o autor procurava no passado idealizado um modelo capaz de orientar as modificações necessárias à cidade, que resultaria no governo dos *ottimati*, no *Discorso di Logrogno* Guicciardini opera uma reviravolta, abandonando o arquétipo de uma República controlada de forma *stretta* pelos nobres.² Esta não é, contudo, uma simples mudança de perspectiva: trata-se de uma guinada teórica, com vistas ao estabelecimento de uma nova forma de olhar os fenômenos da política.

O que passa a estar em jogo é a delimitação de uma reforma eficiente da cidade, capaz de dar conta simultaneamente dos (a) elementos comuns a todos os homens, independente de tempo e espaço, da (b) *natureza livre* do povo florentino e (c) das vicissitudes históricas inerentes a um tempo de corrupção. Ao invés de tentar resgatar o passado ideal em que a cidade fora governada por homens sábios e prudentes, Guicciardini parte para a observação atenta da “natureza das coisas do mundo” e das especificidades do seu tempo histórico. Assim, analistas e governantes não poderiam deixar de levar em conta a corrupção dos costumes, que afetava diretamente a todos: os homens haviam se tornado “efeminados”, ambiciosos, com pouco amor às glórias verdadeiras e excessivo apego ao dinheiro, pouco tementes às leis;³ estes fatores conjugados teriam feito com que o

¹ Conferir o capítulo 5 desta dissertação.

² Nesse sentido, afirma John Pocock: “The work therefore coincides with the end of the *ottimati*’s effort to adapt the restored republic to their purposes”. Cf. POCOCK, J. *The Machiavellian Moment*, p. 122.

³ *Discorso di Logrogno*, p.4. “...una licenzia universale di fare male com poco rispetto e timore delle legge e magistrati; non essere aperta via agli uomini virtuosi e valenti di mostrare ed esercitare la virtù loro, non proposti premi a quegli che facessino buone opere per la republica; una ambizione universale in ognuno a tutti li onori, ed una presunzione d volersi ingerire in tutte le cose publiche di qualunque importanza; gli animi degli uomini effeminati ed enervati e vòlti a

modo de viver dos cidadãos se apresentasse “muito diferente da vida bem ordenada de uma boa república”.⁴ Estes elementos acabariam levando a cidade, segundo Guicciardini, a “perder a liberdade e seu território”.⁵ Trata-se, como nota Giorgio Cadoni, de um diagnóstico acerca da “decadência ético-política” dos cidadãos.⁶ A solução encontrada pelo autor não passava pelo estabelecimento de “uma ou duas leis”, mas por uma reforma completa do *reggimento*,⁷ que delineasse o melhor governo possível para a situação de degradação em que Florença se encontrava:

“Estas razões me fazem ter pouca esperança, porém sem desespero, porque eu gostaria de acreditar que se pode sanar uma grande parte [dos males] e que, se bem que a cura seja muito difícil, não é de todo impossível”. (*Discorso di Logrogno*, p.4).⁸

Assim como muitos autores de seu tempo, Guicciardini busca em Veneza o modelo para a reforma da cidade:⁹ a idéia de uma República bem ordenada passava pelo equilíbrio e concórdia entre os “muitos” e os “poucos”, urdido por uma constituição mista; o “um” atuaria como árbitro, ponto de moderação de possíveis discórdias e desavenças.¹⁰ Guicciardini sabia, porém – graças à experiência fracassada da *Storie Fiorentine* –, que o simples recurso a um modelo ideal se mostraria incapaz de garantir os meios necessários a uma reforma eficaz: seria preciso considerar as especificidades do povo florentino, sua natureza e

uno vivere delicato e, rispetto alle facultà nostre, suntuoso; poco amore della gloria ed onore vero, assai alle ricchezze e danari”.

⁴ Ibid., p.3. “... el vivere nostro civile è molto difforme da uno ordinato vivere di una buona republica”.

⁵ Idem. “Due ragione principale mi fanno credere che la nostra città in processo di non molti anni, se Dio evidentemente non la aiuta, abbi a perdere la libertà e stato suo”.

⁶ Cf. CADONI, G. *Un governo immaginato. L’universo politico di Francesco Guicciardini*, p.21. “La cupa descrizione com cui si apre il ‘discorso’ detto di *Logrogno* (...) sembra a riguardare più la decadenza ético-politica dei cittadini che la struttura costituzionale della Repubblica”.

⁷ *Discorso di Logrogno*, p.3. “Non veggo già che una legge o dua particolare possino fare frutto, ma sarianecessario fare un cumulo di ogni cosa e ridurre tutta questa massa in una matéria, e di poi riformarla e ridistinguerla tutta a uso di chi fa cose da mangiare pasta”.

⁸ Idem. “Queste ragione mi fanno male sperare di noi ma non desperare, perché io crederrei che se ne potessi sanare una gran parte e che se bene la cura è molto difficile, non sia però impossibile”.

⁹ Diversos autores recorriam às comparações com Veneza, considerada o modelo perfeito de uma constituição equilibrada. Cf. GILBERT, F. *Machiavelli and Guicciardini*, p.9,10,36-8, etc. POCOOCK, J. *op. cit.*, p. 219.

¹⁰ Sobre a tradição do governo misto, conferir: CARDOSO, S. “Que República? Notas sobre a tradição do governo misto”. In: BIGNOTTO, N. *Pensar a República*.

forma de viver.¹¹ Daí que, após as considerações iniciais do *Discorso* – em que trata dos “vícios” que impediam a materialização de uma república bem ordenada em Florença –, Guicciardini passa a discutir os elementos intrínsecos à cidade, os quais deveriam ser levados em conta no processo de elaboração da melhor constituição possível. A primeira consideração genérica que formula diz respeito à idade da Florença: trata-se de uma *cidade antiga*, e por esta razão, difícil de ser reformada.¹²

Esta assertiva pode parecer irrelevante; se a apreciarmos à luz da idéia de ciclos naturais, torna-se possível notar, com efeito, que ela implica a noção de *declínio natural*: basta lembrar a máxima 189 dos *Ricordi*, citada no capítulo anterior, em que o escritor florentino sustenta que “todas as cidades, os Estados, todos os reinos são mortais; todas as coisas, natural ou acidentalmente, terminam e findam alguma vez”. Florença já havia chegado ao ápice; o autor não delimita historicamente o apogeu, mas podemos concluir que este teria se dado na época de Maso degli Albizzi, período do governo *ottimati*. “Admito que para curá-la completamente, seria preciso fazer muitas coisas as quais se mostram contrárias às inclinações da cidade”.¹³ Por esta razão, Guicciardini contenta-se com o que “por hora se pode fazer”¹⁴, com o intuito de adequar a *ragione* – aquilo que seria exigido com base em argumentos puramente racionais e pragmáticos – aos fatores analíticos condicionantes – natureza do povo, natureza humana e conjuntura histórica. Assim, ele percebe que não se pode levar a cabo uma reforma calcada em argumentos puramente racionais, que desconsiderem tanto as particularidades comuns quanto as vicissitudes históricas.

Desde que fossem aplicados os remédios adequados, a cidade poderia ser removida de sua condição lastimável, em direção a uma “*disposizione mediocre*”, a qual pudesse amenizar a corrupção natural, pois que “uma vez aberta a via, o processo do tempo faria com que nos anos seguintes se chegasse a um sucesso que

¹¹ Gennaro Maria Barbuto afirma que, para Guicciardini, nem mesmo Veneza poderia constituir um modelo absoluto. Cf. BARBUTO, G.M. *La politica dopo la tempesta. Ordine e crisi nel pensiero di Francesco Guicciardini*, pp. 44-5. “Secondo Guicciardini, invece, non esistevano modelli assoluti, né quello antico, né lo stesso veneziano che costituiva un punto di riferimento non dogmatico e, comunque, da adattare alle specificità fiorentine”.

¹² *Discorso di Logrogno*, p.4. “Bene è vero che meglio riesce in uno giovane che in uno vecchio, il che più mi sbigottisce, essendo la città nostra oramai antica...”.

¹³ Idem. “Confesso bene che a volerla sanare interamente bisognerebbe fare di molte cose, alle quali tutte sarebbe quasi impossibile disporre la città”.

¹⁴ Idem. “...e però io commenderei chi applicassi lo animo alle [cose] che hanno meno difficoltà, e che si contentassi di quelle che per allora si potessino”.

parecia impossível diante de um tal início”.¹⁵ Nesse sentido, pode-se dizer que Guicciardini se propõe a estabelecer procedimentos eficientes que incidam para a atenuação dos efeitos da corrupção natural, de modo que a cidade pudesse galgar um estado “mediano”, a partir do qual, em momentos históricos mais propícios, fosse capaz de se reerguer. Assim, tornava-se urgente anular as forças de corrupção, para que se pudesse iniciar a reforma da cidade, com vistas ao estabelecimento de um “bom governo possível”.

A segunda característica inerente aos florentinos seria o apego ao *vivere libero*: “não há porque discutir qual seja a melhor administração, a de ‘um’, a de ‘poucos’ ou a de ‘muitos’, porque a liberdade é própria e natural na nossa cidade”.¹⁶ Assim, qualquer forma de governo que se pretendesse capaz de gerar bons resultados não poderia passar por cima deste elemento. Temos, aqui, uma mudança substancial em relação à *Storie Fiorentine*, uma vez que nesta Guicciardini condena veementemente o *reggimento* da República de 1494, sobretudo o *Consiglio Grande*. Já no *Discorso di Logrogno*, o escritor florentino não tem dúvidas quanto à importância desta assembleia; esta seria propriamente a “alma da república”:

“A liberdade nada mais é que a prevalência da lei e da ordem pública sobre os apetites dos homens [*uomini particolare*]. As leis não têm vida e nem podem se fazer observar por si próprias, mas precisam de magistrados que as apliquem. Faz-se necessário, para que se viva sob as leis, e não sob o domínio de um homem, que os magistrados não temam a ninguém [*temere alcuno particolare*], sem dever sua honra a um ou a poucos, de modo que não sejam constrangidos a governar a cidade segundo a vontade de outros. Logo, por fundamento da liberdade, necessita-se do *vivere popolare*, do qual o espírito e base é o *Consiglio Grande*, a que cabe distribuir as magistraturas e dignidades da cidade”. (*Discorso di Logrogno*, p.8).¹⁷

¹⁵ Idem. “...perché lo essere una volta aperta la via ed el processo del tempo farebbono forse cogli anni maggiore successo che non paressi potersi sperare di uno principio tale”.

¹⁶ Ibid., p. 8. “né accade disputare quale sia migliore amministrazione o di uno o di pochi o di molti, perché la liberta è propria e naturale della città nostra”.

¹⁷ Idem. “Né è altro la libertà che uno prevalere le legge ed ordini publici allo appetito delli uomini particolari; e perché le legge non hanno vita né si possono fare osservare da sé medesime, ma hanno bisogno di ministri, cioè de’ magistrati che le faccino eseguire, è necessário a volere vivere sotto le legge, non sotto particolari, che e’ magistrati non abbino a temere alcuno particolare, non a ricognoscere l’onore loro da uno o da pochi, acciò che non sieno constretti a governare la città

Esta passagem é bastante rica, por diversas razões. Guicciardini parte de uma afirmação recorrente em diversos tratados políticos, desde a *Laudatio* de Leonardo Bruni: a liberdade como disposição natural do povo florentino. Partindo deste princípio – considerado uma “segunda natureza” da cidade –, Guicciardini estabelece algumas inflexões, como a relação entre liberdade e ordenamento legal. Para que a lei pudesse ser aplicada, fazia-se necessário que os magistrados não sofressem pressões, o que somente seria possível sob o *vivere popolare*. Assim, o *Consiglio Grande*, que havia sido instituído em 1494, passa a ser considerado a alma da república, por garantir a boa aplicação das leis através da boa distribuição dos cargos; conseqüentemente, o *Consiglio* asseguraria a liberdade, natural aos florentinos. Valendo-se de uma análise efetiva, calcada em argumentos práticos, Guicciardini estabelece uma conexão entre a natureza específica do povo – o *vivere libero* – e a melhor maneira de distribuir os cargos na cidade, através do *Consiglio Grande*. Este é considerado a alma da cidade exatamente por sua efetividade, por se mostrar o mecanismo mais adequado para a manutenção do *vivere libero*, ou seja, por sua adequação à natureza do povo florentino.

A garantia de efetividade do *Consiglio Grande* estava na manutenção do equilíbrio entre os diversos grupos sociais.¹⁸ Para tanto, fazia-se necessário que todos os membros do *Consiglio* pudessem votar e serem eleitos nos escrutínios:

“...faz-se necessário abrir o caminho a todos, tornando-os habilitados, porque restringir e selecionar é contrário ao *consiglio popolare*. Se bem que com esta *larghezza* [um governo de grande participação popular] podem concorrer alguns loucos [pazzi], muitos ignorantes e pessoas más; ainda assim, no fim das contas, vê-se que as eleições que se fazem pelo juízo de muitos não se mostram fora de razão”. (*Discorso di Logrognò*, p.9).¹⁹

Esta *larghezza*, todavia, não pode se estender à escolha dos principais cargos; assim, Guicciardini defende a participação igualitária nas votações.

secondo la volontà di altri. E però per fondamento della liberta bisogna el vivere popolare, del quale è spirito e base el coniglio grande, che abbi a distribuire e' magistrati e degnità della città”.

¹⁸ Idem. “...levato questo, non è la città libera né può essere, perché è necessario *che la si empia di sette e fazione*, ed almeno con corso di qualche anno si riduca in mano di uno solo”. (grifo meu).

¹⁹ “...ed è stato necessario aprire la via a tutti li altri e farli abili, perché el ristignere o vagliare esciva de' termini del consiglio popolare. E se bene con questa larghezza vi concorrino alcuni pazzi, molti ignoranti e molti maligni, nondimeno, computato el tutto, si vede che le elezione che si fanno per giudicio de' più, non sono fuora di ragione”.

Deveria se evitar, porém, que cada um dos votantes pudesse almejar a todos os cargos em jogo, uma vez que “a experiência diz que a maior parte dos erros que o *Consiglio* comete na escolha dos cargos nasce de um desejo de distribuí-los de forma ampla, de modo que todos aqueles que votam possam esperar algum agraciamento”.²⁰ Aqui, Guicciardini faz uso de uma observação da ‘natureza humana’, a qual aplica à realidade florentina: os homens “têm por inclinação natural seguir o bem”, desde que seus interesses pessoais não estejam em jogo.²¹ O exemplo dos antigos já demonstrava, segundo Guicciardini, que a ampla participação nas eleições coadunava-se com uma limitação de elegibilidade;²² assim, se não esperarem ocupar cargos, os membros do *Consiglio* podem se orientar exclusivamente pelos critérios do mérito e do bem comum.²³ Na máxima 134 dos *Ricordi*, o autor tece afirmação similar:

“Todos os homens são por natureza mais inclinados ao bem que ao mal, e desde que outro aspecto não os conduza a direção contrária, não há ninguém que não faça voluntariamente mais o bem que o mal; mas a natureza dos homens é tão frágil e tão freqüentes no mundo as ocasiões que convidam ao mal que os homens deixam-se facilmente desviar do bem. E por isso os sábios legisladores encontraram os prêmios e as penas: outra coisa não fizeram que manter os homens firmes na inclinação natural deles”.

Guicciardini parte da observação de que os homens inclinam-se naturalmente para o bem para legitimar a *larghezza* do *Consiglio Grande*: assim, ao sustentar a ampla participação nos escrutínios, o autor adequa a análise do *reggimento* florentino a uma disposição considerada natural aos homens. Porém, a experiência mostrava que, diante da possibilidade de colocar o interesse pessoal em primeiro plano, os homens não titubeavam: daí a necessidade de limitar o

²⁰ Ibid., p.9. “...perché noi abbiamo veduto per esperienza che la più parte delli errori che fa el consiglio nello eleggere li ufici, nasce da uno appetito del distribuirli sì larghi, che ognuno di chi squittina, possi sperare di aggiugnervi”.

²¹ Ibid., p.10. “...ed andrà drieto in questo alla inclinazione naturale di tutti li uomini, che è di seguitare el bene, se e’ rispetti propri non ritirano”.

²² Ibid., p.9. “Ècci lo esemplo delle antiche republiche, dove nella creazione de’ magistrati intervenivano infiniti; e si legge tralli altri che e’ romani davano a molti la città *cum iure suffragi*, che a giudicio mio non era altro che ammetterli alla creazione de’ magistrati, ma non ve li fare capaci”.

²³ Ibid., p.10. “Ed ècci, come è detto, la ragione, perché chi si troverrà a squittinare, né arà interesse particolare che sia eletto più uno que un altro, si dirizzerà ragionevolmente a chi li parrà che più lo meriti ed andrà drieto in questo...”

acesso aos principais cargos diretivos da República. Apenas os que se mostrassem inclinados ao bem público deveriam ocupar as magistraturas mais importantes, por serem incorruptíveis e virtuosos. No que concerne a assuntos como a “guerra e paz”, ou demais “decisões das quais depende a manutenção da liberdade”, estas deveriam ser tomadas por homens prudentes e preparados para a condução dos negócios públicos, capazes de manter segredo e deliberar com presteza sobre questões urgentes.²⁴ Assim, nos *luoghi più stretti* – as magistraturas mais cobiçadas –, as decisões mais importantes deveriam ser tomadas, com o objetivo de salvaguardar a própria liberdade da cidade;²⁵ tratavam-se das escolhas que envolviam alto juízo crítico e necessidade de sigilo. Estas magistraturas, porém, deveriam estar sujeitas a rotatividade, uma vez que “um dos principais fundamentos da liberdade é a igualdade dos cidadãos”.²⁶

Pode parecer uma contradição a assertiva de que, ainda que a igualdade consista no fundamento da liberdade, caberia aos cidadãos mais experientes tomar as principais deliberações. O que Guicciardini procura são os mecanismos capazes de manter a liberdade em um momento de corrupção dos valores e aceleração do tempo.²⁷ Assim, ele busca um equilíbrio entre as deliberações coletivas – inscrita na natureza da cidade – e a necessidade de decisões rápidas, sigilosas e prudentes, as quais não podem ser tomadas em grandes assembleias. O princípio da liberdade se mantém – por mais paradoxal que pareça – graças ao recurso às virtudes do bom cidadão: aqueles que se destacam nos debates públicos pela sabedoria e prudência habilitam-se a ocupar os cargos principais,

²⁴ Idem. “...si ha a pensare alle cose importanti dello stato come quelle che attengono a guerra ed a pace; la prima esamina delle legge che sono necessarie fare e rinnovare tempo per tempo, *non si ha a trattare nel consiglio*, per essere di troppo momento, e se si dicessi che la creazione de’ magistrati è anche di grandissima importanza, e nondimeno si fa in consiglio, si risponde che ci è *diversità di ragione*: principalmente quello è necessario per *conservazione della liberta*, la quale non sarebbe, se e’ magistrati si distribuissino a arbitrio di uno o di pochi; non è così nelle altre cose, la risoluzione delle quali non porta seco la liberta della città né fa alcuno particolare sì grande che sai sospetto all’ commune liberta; richieggono queste molte volte prestezza a secreto, a che sono contrari e’ consigli di molti”. (Grifos meus).

²⁵ Ibid., p.11. “Debbonsi adunque queste deliberazione trattare ne’ luoghi più stretti e da uomini savi ed esperimentati”.

²⁶ Idem. “E perché uno de’ potissimi fundamenti della liberta è la egualità de’ cittadini”.

²⁷ Cf. JASMIN, M. “Política e historiografia no Renascimento italiano: o caso de Maquiavel”. In: CAVALCANTI, B. (org.). *Modernas Tradições*, p. 198. O autor percebe que, para Guicciardini, as cidades italianas “estavam inscritas num emaranhado de relações de força entre diversos outros poderes políticos europeus – especialmente as monarquias francesa, inglesa e espanhola, o Imperador, além do sempre presente Papado – que em muito ultrapassava a capacidade de controle dos eventuais governantes citadinos”.

independentemente da nobreza familiar ou da riqueza pessoal. A igualdade se dá na distribuição adequada dos ofícios, segundo os méritos de cada um:

“Todos os magistrados da cidade e todos os cargos, tanto de aconselhamento quanto de administração, devem ser dados pelo *Consiglio Grande*, pois que, uma vez feitas as escolhas, ninguém poderá dizer que se trata do *stato* de um ou de poucos. É verdadeiro que, uma vez que o governo está nas mãos do *Consiglio* [*consistendo el governo tutto in loro*], faz-se necessário que as eleições sejam conduzidas adequadamente, e que sejam escolhidos homens hábeis”. (*Discorso di Logrogno*, p. 13).²⁸

A escolha de governantes virtuosos visa à própria manutenção do *vivere libero*,²⁹ não se trata, como na *Storie Fiorentine*, da delimitação de um único grupo capaz de governar adequadamente, excluindo o *universale*, mas de um governo cuja soberania reside na assembleia dos cidadãos reunidos. (O emprego da palavra soberania neste contexto é um anacronismo; seu uso tem por objetivo indicar que, para Guicciardini, o *Consiglio Grande* era a alma da República, e era esta assembleia que de fato deveria ditar os rumos da cidade). Ao escolher os mais aptos à condução do dia-a-dia dos negócios da República, os membros do *Consiglio Grande* estariam lutando pela própria manutenção da liberdade da cidade, em um momento de grandes ameaças externas e de declínio das virtudes pessoais. Assim, discordo de Giovanni Silvano, quando este afirma que “para Guicciardini, o *Consiglio Maggiore* era apenas o veículo constitucional pelo qual os ‘muitos’ aprovariam as deliberações dos ‘poucos’”.³⁰ Em primeiro lugar, a oposição entre “muitos” e “poucos” tem, para Guicciardini, um sentido “meritocrático”; os “poucos” são os prudentes, sábios, e os “muitos” aqueles que se deixam levar pela irracionalidade da multidão, não havendo distinção de nobreza por nascimento. Ademais, ao *Consiglio Grande* cabia a própria

²⁸ “Tutti e’ magistrati della città e tutti li officii così di consiglio come di amministrazione è bene si creino nel consiglio grande, perché una volta si tenga fermo questo assunto che nessuno abbi a riconoscere lo stato da uno oda pochi. È vero che consistendo el governo tutto in loro sarebbe necessario che le elezione fussino bene ed in uomini atti”.

²⁹ *Discorso di Logrogno*, p. 13. “... e però è necessario, a volere che la città si conservi in tutto libera e sia bene consigliata, che quello consiglio si reformi com altre qualità di omini e com più potestà, di che si diranno di sotto e’ modi più particolari”. (grifos meus).

³⁰ SILVANO, G. “Florentine Republicanism in the early sixteenth century”. In: BOCK, G., SKINNER, Q. e VIROLI, M. *Machiavelli and Republicanism*, p.55. “To Guicciardini the

salvaguarda da liberdade e da igualdade, através da escolha dos representantes adequados segundo suas capacidades; o que o autor tentava evitar era a morosidade na condução dos assuntos públicos, e a volatiliadde das massas, que se deixava guiar por meros discursos inflamados. Como nota John Pocock, com pertinência, “a participação diária na vida política aumentou a velocidade com que a experiência relevante e o conhecimento eram adquiridos; mas deve-se notar que a decisão popular é basicamente uma questão de discernimento, acerca das características dos indivíduos que comporão a elite decisória. O povo escolhe os homens, e é louvado por sua habilidade em escolher bons homens”.³¹

Como, porém, conter os ânimos e ambições dos membros do Conselho, de modo que se pudesse garantir a escolha dos homens mais virtuosos? Como evitar a “promíscua atribuição de honras a qualquer um”?³² Guicciardini se mostra contrário à adoção de mecanismos legais de controle da participação e divisão dos cargos públicos.³³ Para o autor, isto ocorreria naturalmente, conforme a República se tornasse “bem ordenada”. Segundo ele, uma vez que a cidade fosse reformada, a escolha dos cargos recairia naturalmente sob os mais aptos, o que condiz com a afirmação da máxima 134 dos *Ricordi* de que as leis apenas ordenam os homens para o caminho do bem comum. Para tanto, os homens “comuns” não poderiam acreditar na possibilidade de galgar às principais magistraturas, pois que, com vistas à realização de seus interesses pessoais, eles deixariam de votar de acordo com os interesses coletivos. Fazia-se necessário dificultar ao acesso às principais magistraturas, sem contudo torna-las privilégio dos *grandi*; como vimos, o autor descartava o estabelecimento de critérios de classe, riqueza ou nobreza. A solução encontrada passava por uma *reforma do sistema eleitoral*, que atuasse como freio aos apetites e ambições desonestas, propiciando assim as deliberações segundo o mérito e a pertinência das questões,

Consiglio Maggiore was only the constitutional channel by which the many could approve the deliberation of the few”.

³¹ POCOCK, J. *op. cit.*, p.131.

³² *Discorso di Logrogno*, p.13. “...questo dare promiscuamente li onori a ciascuno...”

³³ Giovanni Silvano afirma que, “although he seems to endorse what looks like the Savonarolan view on the Consiglio Maggiore, at the same time he advocates a privileged role in the political life of the republic for the city’s *primi cittadini*. Willing to leave the task of electing the magistrates of the city with the Consiglio Maggiore on the ground that the Council’s choice would naturally fall upon men of great reputation and experience, he is not anxious, for instance, to consult the Council on matters of financial policy requiring such experienced deliberations as may be found only ‘nei luoghi più stretti’”. *Op. cit.*, p. 54.

e não de acordo com os interesses pessoais.³⁴ Adiante discutiremos as propostas do autor para melhorar os escrutínios.

No *Discorso di Logrogno*, Guicciardini elenca o que, para ele, seriam os três alicerces do bom governo, pilares sobre os quais se sustentariam os princípios da liberdade, justiça, concórdia e harmonia: o *Consiglio Grande*, o senado e o *gonfaloniere a vita*: “muitos”, “poucos” e “um”:

“São três, portanto, os fundamentos do governo bom e livre de uma República: o *Consiglio Grande*, substancialidade [*sustanzialità*] necessária à liberdade, um *gonfaloniere a vita* ou pelo menos por um longo tempo, um conselho [*deputazione*] formado por um bom número de cidadãos para aconselhar e determinar todas as coisas importantes do *stato*; se todas essas coisas forem *ordenadas racionalmente* [*ragionevolmente*], o governo da cidade será bem instituído e perfeito”. (*Discorso di Logrogno*, p.13. grifos meus).³⁵

O autor não se contenta, porém, com a simples adaptação da teoria dos “governos mistos” à realidade florentina: ele precisa mostrar a racionalidade desta adaptação, através de argumentos práticos que dêem conta das vicissitudes de uma organização republicana adequada à natureza do povo florentino. A idéia de equilíbrio entre dois grupos antagônicos – muitos e poucos – possui raiz na *politeia* aristotélica, exatamente a combinação de dois regimes degenerados para formar uma constituição virtuosa.³⁶ No *Discorso di Logrogno*, Guicciardini atribui a soberania ao *universale*, assim como Aristóteles fazia na *Política*, quando afirma que na *politeia* o povo deve ser soberano. Porém, para Guicciardini, o governo do povo acaba implicando em licenciosidade; daí a

³⁴ *Discorso di Logrogno*, p.14. “è stato origine di questo male una ambizione venuta in ognuno di volersi ingerire a tutti li onori.”.

³⁵ “Sono adunche ter fondamenti del buono e libero governo della republica: el consiglio grande, sustanzialità necessaria per la liberta, uno gonfaloniere a vita o almeno per lungo tempo, una deputazione di buono numerp di cittadini per conigliare e determinare tutte le cose importanti dello stato; le quali tutte cose se si ordinassino ragionevolmente, sarebbe in questa parte el governo della città bene instituto e perfetto”.

³⁶ Cf. CARDOSO, S. *op. cit.*, p. 37. “Deste modo, será esta abertura para a questão da justiça (seu traço de afinidade com o universal político) que Aristóteles buscará capitalizar na sua postulação inteiramente original de um regime ‘misto’, pensado a partir destas duas constituições mais comuns (mais frequentes, por representarem, como já vimos, os interesses das partes fundamentais das cidades) e entendido como integrador de seus antagonismos: a *politeia*, o regime que será designado pelo nome genérico das constituições por se mostrar eminentemente capaz de levar à realização dos fins da comunidade política”.

necessidade dos *luoghi stretti*, magistraturas responsáveis pela condução dos assuntos mais delicados. Nesse sentido, o papel do *gonfalonieri a vita* seria exatamente o de equilibrar os dois grupos antagônicos; aqui, o modelo é claramente a constituição veneziana, com seu doge vitalício.³⁷ Assim, discordo de Sérgio Cardoso quando este afirma que o “governo stretto” de Guicciardini corresponderia à matriz platônica, enquanto o “governo largo” maquiavélico estaria ligado à tradição aristotélica.³⁸ A referência ao equilíbrio entre “muitos” e “poucos”, aliada à soberania do *universale*, possui claramente sua matriz na *politeia* de Aristóteles; do mesmo modo, o sentido da prudência em Guicciardini parece se ligar à *phrónesis* aristotélica, e não à platônica, uma vez que se volta para o contingente com o intuito de realizar o bem comum.

Após delimitar os três fundamentos do bom governo, o autor passa a discorrer sobre as particularidades destes alicerces. Em primeiro lugar, Guicciardini tece diversas considerações sobre o *Consiglio Grande*; seu objetivo é delinear os mecanismos de participação, de modo que caiba ao *universale* eleger os magistrados e aprovar as leis, ficando a cargo dos *savi* ou prudentes a condução diária dos negócios públicos. Isto porque “se vê por experiência, e mostra também a razão, que a multidão não se rege por ela mesma, mas se alia e depende do apoio [de alguém]; daí sua fraqueza”³⁹; ademais, o povo seria, segundo ele, “inimigo dos homens grandes [*grandi*] e excelentes”.⁴⁰ Nesse sentido, os procedimentos eleitorais ganham destaque nas análises do autor, uma vez que é exatamente através de um escrutínio adequado que se pode garantir a posse dos cargos importantes pelos homens prudentes. O principal objetivo das

³⁷ Cf. POCKOCK, J. *op. cit.*, p. 219.

³⁸ Cf. CARDOSO, S. *op. cit.*, p. 47. “O grande momento deste debate, no entanto, seguramente ocorre em Florença, entre a queda dos Médici em 1494 e a segunda restauração de seu governo oligárquico em 1530, o período em que os humanistas se voltam, com extremo interesse, para uma reflexão propriamente constitucional, polarizada por interpretações diversas do regime republicano – regime de leis e de liberdade – como governo misto. Novamente se opõem os partidários de sua formulação aristocrática (os proponentes de um ‘governo stretto’, como Patrizzi e Guicciardini) e de sua fórmula democrática (os partidários de um ‘governo largo’, como Maquiavel ou Gianotti), num debate em que se pode identificar facilmente os elementos as matrizes platônica e aristotélica que já assinalamos neste texto, ainda que elas não constituam para estes humanistas um horizonte de referência imediato. Aqui, a interpretação realmente inovadora da *politeia* é, certamente, a de Maquiavel, não só por ser o primeiro a retomar os elementos fundamentais e o espírito mesmo da interrogação aristotélica, mas por reinterpretá-los num horizonte diverso daquele da razão clássica, da concepção finalista do mundo em que se movia o filósofo”.

³⁹ *Discorso di Logrognò*, p.12. “perché si vede per esperienza, e lo mostra anche la ragione, che la moltitudine non si regge mai per sé medesima, ma sempre si va apiccando e dependendo; che procede da debolezza”.

reformas que propõe consiste na diminuição dos riscos de escolha de pessoas incapacitadas: “a origem deste mal é a ambição das pessoas de quererem obter todas as honras”.⁴¹

A lei que permite o apontamento para os cargos por metade mais um dos votos é considerada equivocada por Guicciardini, já que as pessoas ignorantes, ambiciosas e despreparadas – maioria no *Consiglio* – elegeriam com facilidade pessoas desqualificadas, deixando-se levar pela oratória inflamada e irracional.⁴² Afirmo o autor que “as pessoas, quando não são bem conduzidas [*timoneggiati*], usam sua liberdade de maneira insolente”.⁴³ Assim, ele propõe o retorno ao tipo de escrutínio que caracterizou os primeiros anos do *Consiglio*, em que apenas o mais votado era nomeado.⁴⁴ Guicciardini critica também – assim como já fizera na *Storie Fiorentine* – a nomeação para cargos através dos sorteios, uma vez que esta seria “contrária à natureza do governo popular, em que o povo é senhor, e não a sorte, e dele [do povo] emanam as honras, e não da *fortuna*”.⁴⁵

Uma vez definidos os ocupantes das principais magistraturas, estes passariam a se ocupar da proposição de novas leis; estas, todavia, deveriam passar pela aprovação ou não do *Consiglio Grande*.⁴⁶ Quanto aos assuntos financeiros, Guicciardini apresenta uma série de argumentos práticos contrários à passagem destes pela deliberação no *Consiglio*: na assembléia, existem mais pobres que ricos; assim, os menos possuídos tentariam aprovar leis prejudiciais aos mais abastados, o que levaria a cidade à ruína; ademais, “a experiência mostra que o povo é resistente à aprovação de novos impostos”.⁴⁷ Guicciardini pondera, contudo, que dar aos *luoghi stretti* o poder de decisão sobre novos impostos

⁴⁰ Ibid., p.20. “...el popolo, el quale naturalmente sendo sospettoso e pieno di ignoranza, inimico di omini grandi ed eccellenti, non è sufficiente giudice di tanto caso”.

⁴¹ Ibid., p.14. O original se encontra na nota 29.

⁴² Idem. “A che há dato tutto el fomento la legge dello imborsare tutti quelli che avessino vinto el partito per la meta delle fave ed una più, perché in uno consiglio dove sono tanti li ambiziosi, tanti e’ cattivi, tanti li ignoranti, non è meraviglia che moltissimi ottenghino quello partito”.

⁴³ Idem. “...ed una cosa che è naturale a tutti e’ populi, quando e’ non sono bene timoneggiati, di usare insolentemente la sua liberta”.

⁴⁴ Idem. “Questo modo sarebbe migliore e più ragionevole perché non è giusto che sieno posti in luogo pari colui che in uno numero di mille è approvato da ottocento e quello altro che non piace se non a cinquecentuno, né è secondo la natura del governo popolare, nel quale há a essere signore el popolo e non la sorte, e da lui si hanno a riconoscere li onori, non dalla fortuna”.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibid., p. 15. “Nasce la seconda considerazione nel consiglio grande circa alle legge; non se l’hanno di primo colpo a venire al consiglio, perché seria questo di molta confusione e contro a ogni ordine di bene instituita republica, ma se quando le sono state deliberate ne’ luoghi più stretti, le abbino a avere la approvazione del consiglio o no”.

⁴⁷ Ibid., p.16. “perché da uno canto la esperienza mostra che el popolo va adágio al provederle”.

poderia gerar uma série de tumultos; assim, ele apresenta uma solução intermediária: ainda que não fossem levadas ao *Consiglio Grande*, as questões concernentes ao estabelecimento de novos impostos deveriam ser tomadas pelos conselhos *stretti*, reunidos em ação conjunta, o que corresponderia ao total de duzentos ou trezentos cidadãos envolvidos.⁴⁸ Deve-se ressaltar que em nenhum momento Guicciardini afirma que os *luoghi stretti* devem ser preenchidos pelos *grandi*; o critério adotado é o da capacidade para a execução de determinada magistratura, independente da origem familiar e posição social.⁴⁹

“O segundo fundamento do bom governo é o *gonfaloniere*, do qual veremos primeiramente que poderes deve ter, e posteriormente se é melhor que seja perpétuo ou por período determinado”.⁵⁰ Após analisar detidamente o *Consiglio Grande* e o papel dos conselhos menores, Guicciardini inicia a análise sobre o “um”, o elemento que atuará como árbitro entre os interesses muitas vezes conflitantes do *universale* e dos *grandi*. Em primeiro lugar, o *gonfaloniere* continuaria como cabeça da *signoria*; Guicciardini ressalta, porém, que este conselho deveria ter seus poderes diminuídos, pois que um *gonfaloniere* habilidoso poderia se tornar um tirano através da usurpação dos poderes de *signoria* composta por pessoas fracas.⁵¹ “vê-se por experiência que um *gonfaloniere* que permanece no cargo por um bom tempo, com a prudência e reputação que adquirirá, pode dispor [do cargo] como bem entender”, isto por conta da fraqueza da *signoria* e dos demais cargos da República.⁵² O autor se

⁴⁸ Ibid., p.17. “È vero che quando fussino deliberati in poco numero, e’ modi massime potriano fare alterazione, e però io approverei che li avessino a avere la determinazione finale nel consiglio di mezzo co’ signori, dieci, collegi ed Otto e com qualche altro de’ primi magistrati come capitani di parte, conservadori, sei di mercantata e simili, in modo vi fussi uno numero almeno di dugento o più todto trecento cittadini”.

⁴⁹ Cf. MOULAKIS, A. “Civic humanism, realist constitutionalism, and Francesco Guicciardini’s *Discorso di Logrognò*”. In: HANKINS, J. *Renaissance Civic Humanism*, pp. 215-6. Diz o autor, com base em artigo de Giovanni Silvano: “For Guicciardini the expression *uomini da bene*, the standard term in partisan usage for the adherents of the *reggimento*, had meritocratic connotations. (...) In Guicciardini’s constitutional projects, to advance corporate interests as such, allowing the social (or the private) to infringe on the republic, was prescribed as factious”.

⁵⁰ *Discorso di Logrognò*, p. 17. “È el secondo fondamento del buono governo un gonfaloniere, del quale si ha prima a vedere con che autorità li abbi a essere, di poi quale è meglio che sia, o perpetuo o a tempo”.

⁵¹ Ibid., p.18. “Principalmente el gonfaloniere ha ad essere capo della signoria in quel medesimo modo e con la medesima forma che li è stato insino ad oggi; di questo seguita che avendolo la signoria la autorità tanto suprema e libera come la ha, quando el gonfaloniere ne dispone a suo modo, viene a disporre ed avere in mano tutta la forza della città”.

⁵² Idem. “Vedesi per esperienza che uno gonfaloniere che stia lassù lungamente e di prudenzia e riputazione come verissimilmente sara, ne dispone, si può dire, sempre a suo modo, e vi è dentro la ragione, perché sono quasi sempre deboli né possono essere in altra forma, creandosi colle legge con quali ora si creano”.

refere explicitamente ao predomínio que Piero Soderini teve em Florença entre 1502 e 1512, quando exerceu o cargo de *gonfaloniere a vita*.⁵³ Afirma Guicciardini que “isto não aconteceria, caso homens prudentes e de reputação ocupassem os cargos [da *Signoria*] porque saberiam disputar com ele [Soderini] e se guiarão pela razão e não somente pela autoridade”.⁵⁴

Cabe destacar a importância que Guicciardini dá à razão e à experiência; a primeira se apresenta como atributo central para a boa condução da República (e também para uma boa análise da realidade), enquanto a segunda fornece uma série de dados a partir dos quais o prudente (analista ou governante) poderá erigir suas análises. Assim, a crítica do *reggimento* e a proposta de reforma são erigidas basicamente a partir da *esperienza* – que neste caso engloba tanto a sabedoria prática quanto o conhecimento das histórias “antigas” e “modernas” – transformada em juízo prático e efetivo pela *ragione*. Estas, porém, devem levar em conta a todo momento tanto a natureza florentina quanto a natureza humana em geral. Isto fica evidente na solução proposta por Guicciardini, com vistas à resolução da fragilidade da *signoria* e do excesso de poder do *gonfaloniere*: afirma o autor que a solução ideal seria limitar o acesso à *signoria* a poucos, aqueles reconhecidamente sábios e prudentes.⁵⁵ Esta opção é descartada, porém; Guicciardini sabe que ela não se adequa ao *vivere libero* característico da natureza florentina: “há que se considerar que, tendo sede no *Palazzo* e vivendo com muita pompa e demonstrações de honra, o costume antiquíssimo da cidade faz com que, aos olhos de todos, torne-se possível o acesso universal [à *signoria*], donde àquele que não foi escolhido ao menos uma vez para a *signoria* não lhe parece que seja de Florença”.⁵⁶

A solução encontrada por Guicciardini é o estabelecimento de um *gonfaloniere vitalício*, o que parece contraditório com suas formulações

⁵³ Idem. “Questa debolezza di signorie ha dato immoderata autorità a Piero Soderine gonfaloniere”.

⁵⁴ Idem. “Non interverrebbe così, quando vi sedessino uomini prudenti e riputati, perché ardirebbono e saprebbono disputare le cose con lui e ne sarebbono menati dalla ragione e non dalla autorità”.

⁵⁵ Idem. “Ristrignerlo in poco numero ed in omini eleti saria bene se si potessi fare, perché essendo quel magistrato di più importanza che nessuno altro, saria molto conveniente che e' fussi in omini atti a reggere tanto peso”.

⁵⁶ Idem. “ma si ha da considerare che sedendo continuamente in Palazzo e vivendo con tanta pompa e dimostrazione di onore, la lunghissima consuetudine della città há fatto che li è negli occhi di tutti ed è diventato uno pasto universale, in modo che chi una volta non vi siede non li pare essere da Firenze”.

anteriores. Mais uma vez, a solução é composta a partir de juízos práticos tecidos em concordância com a natureza livre da cidade: “a principal segurança que se pode ter em uma república é a de poder viver e conduzir a própria vida livremente, sem medo de poder ser ofendido por outros homens [*uomini particolari*]”.⁵⁷ A liberdade como “ausência de dominação”⁵⁸ era uma das razões apontadas por Guicciardini para a limitação do poder da *signoria*, uma vez que o abuso de poder da parte dos ocupantes deste cargo poderia ser bastante destrutivo para a cidade.⁵⁹ E a melhor forma de limitar a *signoria* era o fortalecimento do *gonfaloniere*. Surge um problema, todavia. Tornando-se forte, o *gonfaloniere* poderia facilmente se tornar um tirano, sobrepondo-se à *signoria* e aos demais conselhos da cidade. O artifício encontrado por Guicciardini consistia no apontamento vitalício para o cargo, o que frearia as ambições pessoais do *gonfaloniere*. Nesta parte do texto, Guicciardini vale-se da “*ragione hinc inde*”, ou seja, argumentos contrários analisados separadamente, para que se formule o melhor juízo.⁶⁰ Como veremos posteriormente, o escritor florentino apreciava a contraposição de idéias antagônicas sob a forma de um debate, para que o melhor argumento pudesse prevalecer com força.⁶¹ É o que ele faz nestas considerações acerca do cargo de *gonfaloniere*, se deve ser vitalício ou não. Contra a perpetuidade do cargo, Guicciardini argumenta que “querendo-se um *gonfaloniere*, e não um príncipe absoluto, não há dúvidas de que a maior segurança que se pode ter está em não apontá-lo [o *gonfaloniere*] perpetuamente”.⁶² Sabendo que terá que entregar o cargo após certo período de tempo, o *gonfaloniere* não cometerá abusos, com medo de represálias futuras.⁶³ Ao mesmo tempo, se tentar se tornar um tirano, não terá tempo e prestígio suficiente; ademais, caso o *Consiglio* erre na escolha do *gonfaloniere*, a

⁵⁷ Ibid., p.19. “Questa è la prima sicurtà che si ha a avere in una republica, di potere vivere e maneggiarsi liberamente sanza paura di potere essere offeso da uomini particolari”.

⁵⁸ Cf. PETIT, P. *Republicanism. A theory of freedom and government*, pp.51-79. O autor sustenta que, no Renascimento, a idéia de liberdade correspondia à ausência de dominação.

⁵⁹ *Discorso di Logrogno*, p.19. “Grande è oggi la autorità della signoria (...) risulta che la potenza sua sia troppo grande in una città e vivere libero e che sia di necessità el provedervi”.

⁶⁰ Ibid., p.22. “Resta circa alla qualità del gonfaloniere la ultima disputa: se gli ha a essere a vita o a tempo. La quale è cosa che há ragione *hinc inde*, e per venire più allo stretto si há a presupporre che due furono le ragioni che feciono eleggere el gonfaloniere a vita”.

⁶¹ Gennaro Sasso nota que, já na *Storie Fiorentine*, essa característica do pensamento de Guicciardini já estava presente. Cf. SASSO, G. “Guicciardini e Machiavelli”, p. 33.

⁶² *Discorso di Logrogno*, p.22. “Da altro canto volendo gonfaloniere e non principe assoluto, non è dubbio che la maggiore sicurtà che si possi avere si è el non essere lui perpetuo...”

perspectiva do fim do mandato pode se tornar um alento para a cidade.⁶⁴ Mais além, a rotatividade neste cargo pode incidir para uma maior participação de diversos grupos, que almejem alcançar um dia esta posição.⁶⁵

Ainda assim, Guicciardini opta pelo *gonfaloniere a vita*, “pois a perpetuidade pode ser muito benéfica para a cidade”.⁶⁶ A escolha de um cidadão reputado e prudente não é tarefa difícil, uma vez que, segundo o autor, estes são reconhecidos, apontados e admirados por todos na cidade:

“em todas as Repúblicas bem ordenadas e em todos os tempos sempre se viu que a *virtù* de poucos cidadãos é que conduz as repúblicas, e as obras grandiosas e os grandes efeitos nascem sempre das mãos de poucos, porque, para querer conduzir coisas grandes e ser cabeça de um governo em uma cidade livre, é necessário muita qualidade e *virtù*, o que só é encontrado em pouquíssimos” (*Discorso di Logrogno*, p.23).⁶⁷

Os argumentos mobilizados por Guicciardini para defender a perpetuidade deste cargo podem parecer, à primeira vista, pouco convincentes. Se, ao tratar dos argumentos favoráveis a um *gonfaloniere* por tempo determinado, o escritor florentino elencou uma série de fatores, todos fundados em razões práticas, ao considerar o possível caráter vitalício do cargo Guicciardini oferece uma única justificativa: a virtude do governante. Ele parece deixar de lado os argumentos “efetivos” – que incidiriam para a nomeação por tempo determinado – e se deixa levar pela tradição, pelo modelo veneziano e pelo ideal *ottimati*: aqueles que se dedicaram à República, à pátria e à defesa da liberdade, que tiveram uma vida honrada, que possuíram ao longo da vida a “honesta ambição” – aquela em que o agente almeja as honras republicanas para bem servir sua pátria – estes podem

⁶³ Idem. “...perché questo ragionevolmente lileverà lo animo dal pensare di usurparsi più autorità che li diano le legge, sapendo averla in processo di tempo a deporre”.

⁶⁴ Ibid., pp.22-3. “Aggiugnesi che la sorte dà che e’ sia insufficiente o per malizia o per ignoranzia, el che può essere facilmente, sara purê meglio che la città se ne abbi qualche volta a liberare, che se e’ durassi sempre”.

⁶⁵ Ibid., p.23. “È ancora di qualche considerazione che faccendolo per tempo si dà pasto a più; e la speranza che abbino e’ primi cittadini da’ quali può dependere la concodia e discordie della città, di potere aggiungere a quello grado, li tiene più quieti e più intenti ancora al bene publico”.

⁶⁶ Ibid., p.23. “Considerato tutto, a me piacerebbe più che el gonfaloniere fussi a vita, perché la perpetuità sua può molto più giovare alla città”.

⁶⁷ “...perché in ogni republica bene ordinata ed in ogni tempo si è sempre veduto che la virtù di pochi cittadini è quella che ha retto e regge le republiche, e che le opere grandiose ed effetti grandi

almejar esta dignidade suprema, o gonfalonierato perpétuo.⁶⁸ Penso que existe, contudo, uma sutileza nesse argumento: o caráter vitalício do *gonfaloniere* tornaria este cargo extremamente desejado, o que incidiria para um contínuo aperfeiçoamento daqueles considerados por todos aptos a exercer um dia esta magistratura. O autor fala, aqui, para aqueles homens reputados sábios e prudentes, e que, como ele, possuem grande ambição; destes se esperam as grandes ações, e para que isto seja possível, a ambição deve se coadunar com o bem comum, o que resultaria no bem estar da pátria, tornado possível pela “mediação” operada pelos governantes virtuosos.⁶⁹ Mais uma vez, Guicciardini articula um dado da natureza humana – a disposição para a realização dos bens particulares – com um argumento oriundo da reflexão prática, a saber, a orientação para o bem comum daqueles mais habilitados na arte da política, em razão da “honesta ambição” que operaria na busca do cargo de *gonfaloniere* vitalício.⁷⁰ Os homens de reputação se tornariam cada vez melhores, uma vez que se fariam concorrentes naturais a esta honraria; este aperfeiçoamento das virtudes dos prudentes enriqueceria a cidade, que acabaria sendo beneficiada pela “honesta ambição” dos que almejavam este posto.

Para evitar, porém, as ambições de oportunistas habilitados somente à manipulação do *Consiglio Grande*, Guicciardini sugere um tipo de escrutínio especial, capaz de garantir a escolha de “homens hábeis e de boa qualidade”.⁷¹ Ao invés de deixar a nomeação a cargo exclusivo do *Consiglio Grande* – como foi o caso da eleição de Piero Soderini em 1502 –, haveria a indicação de três nomes, escolhidos pelos conselhos menores da cidade, que seriam submetidos à

sono sempre nati da pochi e per mano di pochi, perché a volere guidare cose grande ed essere capi del governo in una città ibera, bisogna moltissime parte e virtù che in pochissimi si congiungono”.

⁶⁸ Idem. “È quali oltre a avere amore allà città, è bene, acciò che li operino più ardentemente, che abbino uno sprone di ambizione

⁶⁹ Ibid., pp.23-4. “È adunche bene per eccitare questa *onestà ambizione* nelli spiriti grandi e dare loro occasione di operare cose gloriose, mostrare questo luogo e questa commodità di potere venire a uno grado che non può essere maggiore in una città libera; gli altri meno generosi e di minore ingegno o sufficienza assai si riscalderanno colla speranza delli altri magistrati e degnità della città, che li terrà in tanta ambizione che basterà nel grado loro, ma a questi che sono di grande digestione non basta piccolo pasto”. (Grifo meu).

⁷⁰ Cf. POCOCCO, J. *op. cit.*, p. 132. “The case for having an office of this kind, exalted above all private distractions and personal considerations – free even from the ancient check of having to answer for one’s tenure of office at the expiry of its term – is that citizens may lawfully aspire to a reward elevated above all others, to the point where it becomes virtually impossible to exercise it to any and except the public good”.

⁷¹ *Discorso di Logrogno*, p.24. “Ed el buono modo e diligenza dello eleggere mi dà speranza che e’ saranno uomini atti e di buona qualità”.

aprovação da assembléia geral dos cidadãos.⁷² Indicados por homens prudentes e sábios – aqueles que ocupam os *luoghi stretti* – os candidatos acabariam por corresponder às exigências impostas por Guicciardini. Assim, “se bem que o povo pudesse errar ao não eleger o melhor dos três, este erro não seria tão importante quanto os que poderiam ser cometidos se houvesse uma margem de escolha mais larga”.⁷³

Passemos ao terceiro fundamento do bom governo: “ordenados os extremos de um e de muitos, isto é, do *gonfaloniere* e do *Consiglio Grande*, passa-se à consideração do meio e do conselho a ele correspondente, que deve ser o timão [*timone*] da cidade e moderador de todas as coisas importantes que venham a ocorrer”.⁷⁴ Trata-se do senado, o qual Guicciardini busca na constituição veneziana; neste, devem ter assento todos os “homens sábios da cidade, e todos aqueles que são hábeis e capazes no [tema do] governo, de modo que as resoluções importantes sejam tomadas por quem saiba e entenda”.⁷⁵ Neste conselho, devem estar presentes os cidadãos considerados os melhores; ainda, que, para o autor, estes não fossem muitos, o número de membros deveria ser elevado, com vistas à “conservação da liberdade”.⁷⁶ Assim, levando-se em consideração a necessária participação dos membros da *signoria*, dos cidadãos classificados excelentes e dos membros dos diversos conselhos, o autor chega a um número aproximado de duzentos membros.⁷⁷

Guicciardini apresenta duas justificativas centrais para a criação do senado:⁷⁸ em primeiro lugar, *esta instituição seria responsável, juntamente com o*

⁷² Idem. “e però io sarei di parere che ogni volta che el luogo fussi vacato, che quello consiglio di mezzo del quale si parlerà apresso, dove sedranno tutti li uomini savi e prudenti, facessi pe’ dua terzi di loro colle nominazione, elezione di ter cittadini per detto ufficio; e’ quali tutti e ter si publicassono al consiglio grande e di poi in capo di due o ter di vi andassino a partito, e quello che di loro avessi piu fave rianessi gonfaloniere a vita”.

⁷³ Ibid., pp.24-5. “...e se bene el populo potessi errare nel non eleggere el meglio di quelli ter, non sarebbe questo errore di tanta importanza come quando e’ fussi dato loro el campo largo”.

⁷⁴ Ibid., p.25. “Ordinati li estremi di uno e di molti, cioè del gonfaloniere e del consiglio grande, succede pensare al mezzo ed a quel consiglio che li abbi a congiungere, abbi a essere el timone della città e moderatore di ogni cosa che ocorra di importanza”.

⁷⁵ Idem. “...è necessario che vi intervenghino tutti li uomini savi della città e tutti quelli che sono atti e sufficienti al governo, acciò che le resolução importanti si faccino per mano di chi sappi ed intenda”.

⁷⁶ Idem. “Com questi ha a essere una deputazione di cittadini che sieno el meglio della città; e se bene e’ non sono mlti quelli che si intendino tanto dello stato che meritino esservi, pure el numero vuole essere largo *per conservazione della liberta...*”. (Grifo meu).

⁷⁷ Idem. “...e però mi parrebbe che e’ fussino, computata la signoria ed e’ collegi, uno numero di dugento *vel circa*”.

⁷⁸ Ibid., p.26. “ed è, come è detto, necessario e per conservação della libertà, e perché in uno vivere libero, male potrebbono e’ pochi giustificare el tutto co’ molti”.

Consiglio Grande, pela salvaguarda da liberdade, uma vez que, enquanto magistratura intermediária, ela moderaria tanto os excessos do *gonfaloniere* – que poderiam resultar em uma tirania – quanto os abusos da multidão – a temida licenciosidade. Lembremos que, na *Storie Fiorentine*, Guicciardini caracteriza a liberdade exatamente como o equilíbrio entre estes dois extremos.⁷⁹ No segundo ponto destacado, o autor defende que, em um conselho mais restrito, as decisões poderiam ser tomadas com mais prudência e diligência, uma vez que os cidadãos excelentes teriam mais espaço para debater as questões relevantes, o que se mostrava impossível no *Consiglio Grande*, pois que esta instituição não permitia debates, em virtude da grande quantidade de membros; assim, com o senado, os prudentes acabam guiando os homens de “disposizione mediocre”, que “ouvindo-os examinar e dizer a razão” acabariam sendo levados a tomar as decisões apropriadas.⁸⁰

Além destes argumentos de caráter pragmático, Guicciardini justifica o estabelecimento do senado a partir do recurso às histórias “antigas” e “modernas”: “vê-se que nas Repúblicas antigas – em Roma, Cartago, Atenas e Lacedemônia – muitas pessoas tomavam parte neste conselho o qual eles mesmos chamavam de senado; em Veneza são duzentos os *pregati*, que é o mesmo [que o senado]”.⁸¹ Ao mesmo tempo, ele afirma “em todas as Repúblicas, em tempos antigos e modernos”, as decisões importantes sempre estiveram nas mãos de poucos.⁸² Para que o senado não se tornasse um conselho estritamente oligárquico, o autor defende que metade de seus membros deveria ser apontada pelo *Consiglio Grande*, por períodos determinados, enquanto o restante das vagas deveria possuir caráter vitalício, sendo preenchidas pelos *fiore della città*, aqueles reputados sábios e excelentes.⁸³ “Assim, se conserva o intento de que os

⁷⁹ Conferir o capítulo 5 desta dissertação.

⁸⁰ *Discorso di Logrognò*, p.24. “...e dove questi piu savi fussino in disparere, como spesso interviene nelle consulte, lo udire esaminare e dire le ragione aprirà in modo la mente alli uomini mediocri, che o troveranno o si accosteranno allà verità”.

⁸¹ *Ibid.*, pp.25-6. “Così si vede nelle antiche republiche, in Roma, in Cartagine, in Atene e Lacedemonie, in questo consiglio che loro proprio chiamavano senato, essere intervenuti molti; a Vinegia sono dugento o meglio quelli che e’ chiamono *pregati*”.

⁸² *Ibid.*, p.26. “Ed in effetto tutto ‘l pondo del governo si riduce alla fine sulle spalle di molti pochi, e così fu sempre in ogni republica ed a’ tempi antichi ed a’ moderni”. (grifo meu).

⁸³ *Ibid.*, p.27. “E però è necessario che e’ sieno a vita, o e’ si potrebbe fare che e’ si creassino li ottanta in consiglio ordinariamente come si fa ora, e che colli ottanta sempre intervenissino e fussino nella medesima autorità uno numero di altri ottanta o cento cittadini e’ quali fussino a vita, e’ quali sarebbono e’ primi ed el fiore della città”.

principais cidadãos [*capi*] aí estejam [no senado]”.⁸⁴ Para Guicciardini, esta instituição deveria possuir por uma série de atribuições, como apontar os “condottiere” em possíveis ações de guerra, discutir as leis antes que estas fossem aprovadas pelo *Consiglio Grande*, escolher os indicados para *gonfaloniere* e os próprios membros do senado, nomear embaixadores e comissários.⁸⁵ Todas estas imputações são estabelecidas a partir de juízos práticos: a escolha de embaixadores, por exemplo, se deve à necessidade de sigilo, e da escolha de homens prudentes, o que segundo Guicciardini poderia ser negligenciado pelo *Consiglio Grande*. Da mesma forma, a aprovação de leis deveria passar por diversos procedimentos, com o objetivo de evitar aos máximo rebeliões e contestações; como argumento, Guicciardini mobiliza o exemplo das “repúblicas antigas, pois se lê [nas histórias] que tiveram parte inúmeras sedições, isto por ser possível a qualquer sedicioso propor ao povo novas leis”.⁸⁶

Guicciardini enfatiza a todo o momento que a organização do senado não pode incidir para uma *strettezza*, pois que esta se oporia ao *vivere libero*.⁸⁷ Utilizando novamente a “ragione *hinc inde*” – argumentos contrapostos – ele propõe dois procedimentos adequados para o estabelecimento das leis; após ponderar, oferecendo diversas razões, ele opta pela seguinte deliberação: cada magistrado poderia apresentar sua proposta para novas leis, explicitando as razões que o moviam a tecer aquele parecer.⁸⁸ Deve-se ressaltar que estas seriam propostas individuais; isto é, um membro da *signoria* ou dos Dez poderia

⁸⁴ Idem. “Così si conserverebbe lo intento che e’ capi ne sarebbono sempre”.

⁸⁵ Ibid., p.28. “La autorità di questo consiglio ha ad essere: approvare le condotte fatte da’ dieci; creare li imbasciadori e commessari, e’ quali non è bene abbi a creare el populo, e per la importanza loro e perché essendo esercizi apartati, non ha el populo una elezione sottile da conoscere chi sia sufficiente. Ed inoltre si richiede choe sieno o di più qualità o meno, secondo la causa che sono fatti ed el peso che si commete loro, il che non può giudicare el populo, non li sendo sempre note le cagione del farli ed e’ secreti che vanno a torno; dare la rafferma a’ cancellieri di Palazzo che non è ufficio del populo; le legge che si fanno li hanno a capitare innanzi che vadino al consiglio; ha a dare aççe provisione di danari finale perfezione; ha a servirsene la città ne’ giudici come si dirà di sotto; ha a creare el gonfaloniere e li scambi di questo consiglio che morissino, come è detto di sopra; e starebbe ancora bene che e’ dieci della ballia, se bene si facessino in consiglio grande, non potessino essere se non di questo numero; hanno a consigliare le cose dello statp ed intendere neççe provisioni in quel modo che si dirà d’apresso”.

⁸⁶ Idem. “Ebbono oltre alle ragione, lo esempio selle antiche republiche, nelle quale si legge essere stati infiniti moti solo a causa di essere stato in facultà di ogni sedizioso di proporre a sua posta al populo legge nuove”.

⁸⁷ Ibid., pp.28-9. “Da altro canto la strettezza è tanto grande che è nociva (...). Questo è grande disordine e richiedevi el vivere libero rimedio”.

⁸⁸ Ibid., p.31. “che quel magistrato che chiedessi consiglio, proponessi el caso, e venissino com qualche digestion proponendo qualche parere che ocorressi loro e le ragione che le movessino, e potessino proporre uno parere o più”.

apresentar um projeto de lei, ainda que esta não fosse uma deliberação da magistratura.⁸⁹ Isto posto, cada membro do senado poderia arguir e debater a proposta, até que se chegasse a um consenso; após os debates, haveria uma votação, e a posição que recebesse o maior número de votos seria levada então ao *Consiglio Grande*.⁹⁰ Deste modo, o *gonfaloniere* não teria mais poder que ninguém, pois, assim como os outros magistrados, a sua proposta seria apenas uma dentre várias.⁹¹ Da mesma forma, este procedimento evitaria, segundo Guicciardini, os abusos oriundos das Assembléias Gerais; afirma o autor que estas assembléias gerais denominadas *parlamento* – que aconteciam na praça da *signoria* e envolviam todos os cidadãos⁹² – se revelam a forma mais eficiente de abolir o *vivere popolare*, uma vez que o povo se guiaria quase sempre pela oratória de um ou dois cidadãos inescrupulosos, movidos exclusivamente por seus interesses pessoais:

“Para que esta forma de governo seja mantida solidamente, faz-se necessário respeitar com firmeza a lei de não fazer *parlamento*, que é a maneira mais fácil de dissolver o *vivere popolare*. Este [o *parlamento*] foi instituído porque, sendo o viver com liberdade natural à nossa cidade – da mesma forma que a participação do povo, sem o qual nenhuma decisão importante pode ser estabelecida –, todos aqueles que quiseram alguma vez se tornar *grandi*, tiveram consciência de que não se podia estabelecer a tirania extinguindo totalmente a liberdade, mas era preciso manter algumas sombras e sinais [da liberdade].” (*Discorso di Logrogno*, p.32).⁹³

Mais uma vez, Guicciardini condiciona a liberdade ao equilíbrio entre os extremos da tirania e da licenciosidade.

⁸⁹ Ibid., pp.31-2. “...e non solo tutto el magistrato insieme, ma ancora ciascuno di loro separatamente ne potessi proporre quello li paressi, eziandio contro alla opinione delli altri”.

⁹⁰ Ibid., p.32. “fatto questo, fussi lecito a ciascuno del senato salire in bignoncia e suadere o dissuadere le cose proposte, levarne ed aggiungerne delle nuove, e così potessi fare ognuno”.

⁹¹ Idem. “Non arebbe in questo modo di consigliare, el gonfaloniere più autorità che li altri, e verrebbero in discussione con questo suadere e dissuadere”.

⁹² Cf. FOURNEL, J.L., e ZANCARINI, J.C. *Francesco Guicciardini. Écrits politiques*, p.92, nota 1. Nesse sentido, afirmam os autores, em nota sobre a tradução francesa do *Discorso*: “Le *parlamento* esta la réunion exceptionnelle de tous les citoyens sur la place de la Seigneurie pou entériner de façon plébiscitaire une réforme des institutions”.

⁹³ “A tenere saldo questo modo di governo è necessario tenere ferma la legge del non fare parlamento, el quale solo è facile a dissolvere el vivere popolare. E fu trovato perché essendo naturale nella città nostra el vivere com liberta ed a populo, senza consenso del quale non si potendo fare le cose importante, tutti coloro che hanno voluto in tempo alcuno essere grandi, hanno conosciuto che a volere tenere la tirannide non si poteva estirpare al tutto la libertà, ma era necessario tenerne qualche ombra o colore...”.

A questão do ordenamento das leis revela-se crucial, uma vez que Guicciardini atribuía a estas um papel decisivo, exatamente o de incentivar os homens a agir segundo sua natureza, ou seja, a agir fazendo o bem: “diziam os legisladores antigos que as repúblicas se fundam sob dois pilares, o prêmio e a pena”.⁹⁴ Assim, com boas leis, os cidadãos poderiam agir segundo os princípios da concórdia e da busca da “glória moderada” através da “honesto ambição”.⁹⁵ Para Guicciardini, sua reforma – baseada nos três fundamentos do bom governo – incidiria para a atenuação e quiçá reversão dos processos de corrupção que vinham tomando conta da cidade há muitos anos, mantendo a liberdade e incentivando a busca do bem comum através da valorização da virtude dos homens bons. Estes, todavia, não agiriam desinteressadamente: a busca dos interesses particulares – um dado da própria natureza humana – desde que coadunada com os interesses coletivos, se mostra benéfica para a cidade, uma vez que ao galgar as honras públicas e buscar o exercício mais prudente dessas funções, os cidadãos ajudam a manter a liberdade e fortalecer a cidade, até mesmo externamente, já que, como afirma em passagem da *Storie Fiorentine* mencionada anteriormente, aqueles que querem dominar devem antes ser livres.

“Os ordenamentos mencionados e introduzidos acima não somente consolidam a liberdade e constituem um bom modo de governar o *stato*, mas também provocam em grande medida uma recompensa aos cidadãos que se portam e agem bem; por esta recompensa refiro-me àquilo que os homens bons podem esperar de uma república, não àquilo que se busca de príncipes e tiranos. Participar, segundo sua posição dos *utile* que ordenam a cidade, ser eleito para as magistraturas e honras que convenham à sua virtude e conduta: estes são os prêmios que a pátria oferece a seus cidadãos”. (*Discorso di Logrogno*, p.33).⁹⁶

⁹⁴ *Discorso di Logrogno*, p.33. “dissono li antichi legislatori che in su dua capi erano fondate le republiche, in sul premio ed in sulla pena”.

⁹⁵ Idem. “debbe bastareloro conoscere di essere in reputazione e reverenzia apresso alli altri, avere buono nome e buona fama ed avere uma certa gloria moderata ma sicura”.

⁹⁶ “Gli ordini detti ed introdotti di sopra son solo stabliscono la libertà e costituiscono buono modo di governare lo stato, ma ancora proveggono in gran parte alla remunerazione de’ cittadini che si portino ed operino bene; a quella remunerazione dico, che e’ buoni hanno a desiderare ed aspettare da uma republica, non a quelle che si ricercano da’ principi e da tiranni”.

Deste modo, os virtuosos serão recompensados com reputação, num “comércio” ao mesmo tempo útil e digno ao indivíduo e à cidade.⁹⁷ Assim, “a facilidade em poder demonstrar suas qualidades será causa dos bons efeitos”, de modo que “gera-se na alma dos homens um estímulo de se portarem bem e de querer ter aquelas qualidades que podem leva-lo a um alto grau e à glória suprema”.⁹⁸ Utilidade e bem comum caminham juntos, e o resultado é a manutenção da liberdade e estabelecimento de uma forma virtuosa de governo. Como percebe John Pocock, a questão da moderação dos apetites, cara a Platão e Aristóteles, se faz presente nas reflexões do *Discorso di Logrogno*, constituindo um horizonte ético necessário ao bom ordenamento político.⁹⁹

Guicciardini conclui o *Discorso* afirmando que, ainda que a reforma proposta não fosse capaz de estabelecer uma República perfeita, ela pode incidir para um ordenamento “più che mediocre”.¹⁰⁰ A melhora das instituições incidiria, segundo ele, para o controle dos apetites e ambições desonestas, que tornam os homens efeminados e causam infinitos males à cidade; Guicciardini pondera, todavia, que “a corrupção que há no mundo não é de hoje”¹⁰¹, o que torna difícil a mudança nos ânimos dos cidadãos e das cidades degradadas pelo próprio processo natural de queda e declínio – lembremos que Florença era uma cidade velha. Esta, porém, poderia ser atenuada, caso fossem tomadas ações pertinentes, no tempo certo; é o que Guicciardini pretendia em 1512, poucos dias antes da queda da República.

⁹⁷ Idem. “in modo che la reputazione varrebbe facilmente in ognuno che fussi virtuoso”.

⁹⁸ Ibid., p.34. “e questa facilita di potere li uomini mostrate le qualità loro sarebbe causa di questo bono effetto; donde universalmente veduto el bene essere in prezzo, seguirebbe uno appetito ed uno stimulo nelli animi delli uomini di porarsi bene e di volere avere quelle qualità che gi potessino a condurre a’ gradi grandi ed a uma somma gloria”.

⁹⁹ Cf. POCOCK, J. *op. cit.*, p.123. “In the terms of classical theory, which Guicciardini does not use but which are never far from his mind, this is a chaos of the appetites and a general disorder of the means by which social men pursue value and virtue”.

¹⁰⁰ *Discorso di Logrogno*, p.39. “Tutte queste cose farebbono se non una perfetta istituzione di republica, almeno più che mediocre”.

¹⁰¹ Ibid., p.40. “Né incomincia questa corruttela oggi nel mondo, ma è durata già molti e molti secoli, di che fanno fede li scrittori antichi che tanto detestano ed esclamano contro a’ vizi delle età loro”.

8.2

A “sombra da liberdade”: os discursos sobre os Medici (1513-16).

Enquanto Guicciardini finalizava, na cidade espanhola de Logroño, o tratado sobre a reforma do *reggimento* florentino analisado acima, as tropas de Fernando de Aragão se preparavam para reconduzir os Medici para dentro dos muros florentinos, movimento este completamente ignorado pelo então embaixador. No dia 28 de agosto, a família, que se encontrava exilada desde 1494, entra triunfalmente na cidade, sem enfrentar maiores resistências.¹⁰² Guicciardini recebe a notícia com grande atraso; apenas no fim de setembro ele toma conhecimento da mudança de *stato*, que alterava fundamentalmente seus planos.¹⁰³ Neste momento, a embaixada perdeu seu sentido, uma vez que os Medici negociavam diretamente com Fernando, sem precisar do apoio do enviado especial. O retorno à cidade natal passava a ser fundamental para o jovem embaixador, já que a distância dos acontecimentos e dos favores dos Medici poderiam se mostrar extremamente prejudiciais para os planos da sua carreira recém-iniciada. Porém, somente em janeiro de 1514 Guicciardini consegue retornar à sua cidade natal. O ócio dos anos de 1513 e 1514 permitiu que ele escrevesse em terras espanholas uma série de pequenos discursos, diálogos e cartas, entre os quais está o pequeno texto conhecido como *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici nel 1512*, em que o Guicciardini estabelece uma série de juízos acerca do retorno desta família a Florença.

Poucos meses após a queda da República, Guicciardini parece muito preocupado; os Medici garantiam sua consolidação valendo-se de procedimentos tirânicos e contrários ao *vivere libero*, o qual, como vimos, o escritor florentino considerava natural à cidade. As reflexões estabelecidas no *Discorso di Logroño* se mostravam inúteis diante deste novo contexto. Era preciso delinear novos procedimentos, capazes de incidir para a atenuação dos males da cidade. Daí a comparação da política com a medicina, estabelecida logo nas primeiras linhas do discurso: “vejamos os médicos prudentes e sagazes, que em nenhuma outra coisa

¹⁰² Cf. BRUCKER, G. *Renaissance Florence*, p.274.

¹⁰³ Cf. RIDOLFI, R. *op. cit.*, p.37. “Guicciardini only heard the news of the great changes in Florence on the 25th September, and it would really have been a miracle if he had been informed by his own people”.

usam mais exato zelo que no conhecimento da natureza dos males”.¹⁰⁴ Não formando uma opinião consistente sobre os problemas do paciente, o médico pode causar a morte do doente.¹⁰⁵ O mesmo se aplica ao governo das cidades, uma vez que estas se mostram extremamente complexas, repletas de interesses particulares conflitantes. Apenas a observação atenta dos seus problemas intrínsecos torna possível a adoção dos remédios adequados aos males, porque “do bom governo dependem a saúde e a conservação de infinitos homens, e o contrário [o mau governo] resulta na ruína e extermínio da cidade”.¹⁰⁶ Para Vittorio de Caprariis, os discursos sobre os Medici possuem o mesmo objetivo do *Discorso di Logrogno*: evitar tanto a tirania quanto o populismo democrático.¹⁰⁷

Como nota Nicolai Rubinstein, o discurso de 1513 – assim como aquele de 1516, que será analisado adiante – assemelha-se ao *Discorso di Logrogno*, pois que ambos partem da análise dos defeitos do *reggimento*, e buscam uma reforma adequada; porém, se no texto de 1512 o autor delineia os mecanismos da reforma, nos textos seguintes ele se contenta em aconselhar os Medici a preservarem o estado.¹⁰⁸ Por esta razão, Maurizio Viroli sustenta que, nestes textos, Guicciardini escreve unicamente como um “profissional da arte do estado”, interessado tão somente na manutenção do *stato* para os Medici.¹⁰⁹ Se é evidente que nestes dois textos o objetivo do autor é aconselhar a família a assegurar seus domínios, penso que este argumento não se mostra suficiente para afirmar a dicotomia entre arte do estado e arte do bom governo. Nestes dois discursos, a idéia de Guicciardini é dissuadir os Medici de se tornarem tiranos absolutos, mantendo na cidade uma “sombra de liberdade” que, ainda que longe do ideal, pudesse permitir a condução da cidade por sábios e prudentes, desde que esses se aliassem à família

¹⁰⁴ *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Médici nel 1512*, p. 43. “Veggiamo e' prudenti ed esperti medici in nessuna cosa usare più esatta diligenza che in conoscere quale sia la natura del male...”

¹⁰⁵ *Idem*. “perché non fermando bene questo punto, ordinerebbono spesse volte una dieta, darebbono medicine non proporzionate alla malattia, contrarie alla complessione ed essere dello infermo; donde ne seguirebbe la totale ruina e morte del loro ammalato”.

¹⁰⁶ *Ibid.*, pp.43-4. “Perché del buono governo ne seguita la salute e conservazione di infiniti uomini, e del contrario ne resulta la ruína ed sterminio delle città...”

¹⁰⁷ Cf. DE CAPRARIIS, V. *Francesco Guicciardini. Dalla politica allá storia*, p. 64. “se si confronta il *discorso di Logrogno* con l'altro del 1516 si può notare che la sostanza di essi, i fini che lo scrittore sembra porsi, i mezzi anche coi quali egli vorrebbe raggiungerli, sono i medesimi”.

¹⁰⁸ Cf. RUBINSTEIN, N. “Guicciardini politico”, p.12.

¹⁰⁹ Cf. VIROLI, M. *From politics to reason of state*, p. 182. “When he was writing as a professional of the art of the state, Guicciardini was perfectly prepared to recommend policies that in fact transformed the city into the dominion of a family sustained by a network of private loyalties”.

dominante. Como nota John Pocock acerca desses discursos, “mesmo no contexto mais aristotélico que Guicciardini pode oferecer, o *summum bonum* é pouco mais que a ausência do *summum malum*”.¹¹⁰

Tendo em vista a gravíssima situação da cidade naquele momento – tendendo para a tirania ou para a licenciosidade –, Guicciardini procurava oferecer uma solução que minimamente preservasse a liberdade e o bom ordenamento, e para tanto se fazia necessária a existência de uma autoridade inquestionável. Uma vez que os Medici comandavam o *stato*, Guicciardini se empenha por transformá-los de usurpadores em príncipes civis, e para tanto delineia de maneira geral um *reggimento* em que os sábios e prudentes pudessem ter grande influência sobre a família. Para que isto fosse possível, fazia-se necessário afastar os perigos da licenciosidade, o que só seria possível naquele contexto se os Medici assegurassem para si o *stato* e, ao invés de governar como príncipes absolutos, instituíssem um *reggimento* que preservasse alguns caracteres essenciais do *vivere libero*.

No que poderia consistir um bom governo naquelas circunstâncias, em que os Medici eram cada vez mais fortes, a liberdade mais restrita, e os golpes de estado iminentes? Para responder adequadamente a esta questão – um melhor governo possível para aquela conjuntura –, Guicciardini propõe a comparação entre o domínio que os Medici exerceram entre 1434 e 1494, e a forma como vinham conduzindo os assuntos da cidade em 1512 e 1513. Trata-se da análise das situações históricas enfrentadas pela família em conjunturas distintas. As diferenças substanciais desses dois contextos geravam sérios problemas para os Medici; no período republicano, os florentinos teriam recuperado o gosto pelo *vivere libero*, o que tornava difícil o estabelecimento, por parte da família, dos mesmos procedimentos adotados entre 1434 e 1494.¹¹¹ “Se bem que no passado a casa dos Medici tenha sido grande, sobretudo com Lorenzo, a grandeza de um tempo não é todavia comparada ao outro [tempo]”.¹¹² Em 1434, os Medici não

¹¹⁰ POCOCK, J. *op. cit.*, p. 141. “Even in the most Aristotelian context Guicciardini can here provide, the *summum bonum* is little more than the absence of the *summum malum*”.

¹¹¹ *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici nel 1512*, p.45. “E questo interviene più oggi che mais, per essersi e' cittadini nutriti ed avezzi dal 1494 sino al 1512 a uno modo di governo popularissimo e liberissimo e nel quale parendo loro essere tutti equali, com più difficoltà si assettano a ricognoscere alcuno superiore, e massime vedendo uno solo tanto interamente assoluto arbitro e signore di ogni cosa”.

¹¹² Idem. “Perché se bene per el passato la casa de' Medici è stata grande e massime Lorenzo, nondimeno la grandezza dell'uno tempo all'altro non è comparabile”.

pareciam usurpadores; na realidade, Cosimo deu fim a um conflito que durava uma década, entre diversas famílias, tendo concorrido para o estabelecimento de uma paz duradoura naqueles anos passados. Da mesma forma, o domínio foi sendo adquirido ao longo dos anos, de forma lenta e gradual.¹¹³

Em 1512, porém, a família foi conduzida ao governo da cidade pelas mãos do monarca espanhol, em oposição aos próprios interesses da República: Florença passou em poucos meses de um estado *larghissimo* ao poder exclusivo de poucos, o que gerava insatisfações em todos os setores.¹¹⁴ Deste modo, a família se encontrava suscetível a uma série de inimigos, capazes de tomar qualquer atitude para exterminar os dirigentes da cidade.¹¹⁵ Na máxima 38 dos *Ricordi*, Guicciardini sustenta um argumento semelhante:

“É difícil para a casa dos Medici, muito poderosa e com dois papados, conservar o Estado de Florença, muito mais do que foi para Cosimo, cidadão civil, porque, além do excessivo poder que possuía, concorreu para isso a *condição dos tempos*, pois Cosme teve de combater o Estado com a força de poucos, sem afligir o *universale*, que não conhecia a liberdade...” (Ricordi, #38. Grifo meu).

Ainda que Guicciardini se mostrasse contrário ao tipo de domínio exercido pelos Medici sobre a cidade – sobretudo nesse período em que ainda não trabalhava para eles –, a idéia de um segundo golpe de estado em poucos meses, que tirasse a família do poder, lhe parecia extremamente temerária:¹¹⁶ “pode-se ter certeza que as coisas não podem ser alteradas sem grande dano e perigo à cidade”.¹¹⁷ Assim, aqueles que possuem “prudência ou benevolência deveriam desejar a duração deste governo”.¹¹⁸ Ora, se os Medici eram usurpadores, por que

¹¹³ Idem. “E così lo stato che nel 1434 venne in mano de’ Medici non parse tolto al populo, ma a uno messer Rinaldo degli Malbizzi, a uno messer Palla Strozzi ed a altri simili particolari; ed anche e’ Medici non rimasono assolutamenye padroni di ogni cosa ma com qualche compagno, li quali benché fussino inferiori a loro pure avevano qualche partecipazione; donde la grandezza che venne in Lorenzo non fu a um tratto in casa sua, ma venne a poco a poco col corso di miolti anni”.

¹¹⁴ Idem. “Oggi ogni cosa è diversa: a uno stato affato popolare e largissimo è succeduta in uno momento la potenza de’ Medici, e ridotta assoultamente tutta la autorità e grandezza a uno”.

¹¹⁵ Ibid., p.46. “questi sono implacabili, ed é da credere che in ogni occasione farebbono sempre ostinatamente tutto quello potessino contro a questo stato ed a briglia sciolta”.

¹¹⁶ Logo no início do *Dialogo del reggimento di Firenze*, Guicciardini condena as mudanças de estado: “...ho veduto per esperienza che le mutazioni fanno più danno allá città che utili”.

¹¹⁷ *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de’ Medici nel 1512*, p.46. “...possono essere certi che le cose non si possono alterare senza grandissimo danno e pericolo della città...”

¹¹⁸ Idem. “Nondimeno de gli hanno prudenzia o bontà doverrebbono desiderare che questo governo durassi...”

razão Guicciardini desejava a duração deste governo? Seriam os ideais republicanos defendidos com tanta veemência no *Discorso di Logrognò* mera fachada? Penso que a resposta para essas indagações passa pela própria caracterização da idéia de *bom governo* como uma *maneira de pensar a política em que o problema da forma de governo – república, aristocracia ou democracia – não é tão importante quanto a maneira – virtuosa ou não – pela qual uma cidade é conduzida*. Este entendimento corresponde à matriz aristotélica, opondo-se ao modelo ciceroniano – incorporado pelos humanistas cívicos – que só atribuía valor efetivo ao modelo republicano.

Como vimos, para Aristóteles a forma de governo era menos importante que a maneira pela qual a *polis* era conduzida; assim, se houvesse na cidade uma pessoa de grandes qualidades, a monarquia seria o regime adequado. Onde poucos fossem possuidores dessas qualidades, o melhor regime seria uma aristocracia. E, onde se pudesse confiar na virtude de muitos, a *politeia* se faria o melhor regime. A tradição ciceroniana incorporada pelo humanismo cívico não trabalhava com esta flexibilidade: somente a organização republicana poderia assegurar a liberdade e a justiça em uma cidade, e tudo que se desviasse dessa forma de organização poderia ser considerado uma forma de tirania. No *Discorso di Logrognò*, Guicciardini toma a forma republicana como modelo, uma vez que Florença já possuía instituições republicanas, e o *vivere libero* era natural à cidade. Havia, porém, um sério empecilho para construção de uma República virtuosa: a corrupção dos costumes, que fazia com que os homens se tornassem despreparados para o exercício da coisa pública. Valendo-se de argumentos práticos, calcados na experiência e no conhecimento das histórias “antigas e modernas”, urdidos pela *ragione*, o autor pensou em uma série de mecanismos que propiciassem ao mesmo tempo a boa condução da República e o revigoramento da virtude dos cidadãos, para que os efeitos da corrupção fossem atenuados, quiçá revertidos. Assim, os homens de bem almejariam às honras máximas da cidade, valendo-se da “honesta ambição”, de modo que o bem comum pudesse constituir a finalidade última de todos. Para assegurar a efetividade deste procedimento, ele propõe a criação de um senado, que seria responsável pelas decisões mais difíceis da cidade, sem que contudo usurpassem o poder soberano do *Consiglio Grande*. Já no texto de 1513, as circunstâncias históricas eram bem distintas: o *Consiglio Grande* havia sido extinto, uma família

se tornara soberana, e a iminência de golpes de estado poderia gerar conflitos ainda mais graves, como uma guerra civil, que traria conseqüências desastrosas para uma cidade já seriamente debilitada. Apesar dessas situações gravíssimas, Guicciardini enxergava a possibilidade de realizar um “bom governo possível” sob o domínio dos Medici, desde que estes abrissem mão do desejo de se tornar senhores absolutos. A degradação diagnosticada em sua análise corresponde àquela do *Discorso di Logrogno*: ao iniciar o texto de 1513 com uma metáfora médica, Guicciardini dá a entender que a cidade se encontrava muito doente, e que se os remédios adequados não fossem aplicados, ela poderia sucumbir.¹¹⁹

A tese central do texto *Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Medici nel 1512* é a de que a preponderância dos Medici poderia, segundo Guicciardini, ser revertida em favor da cidade. Uma vez extinto o *Consiglio Grande*, dissipava-se o perigo da licenciosidade, ainda que o princípio da liberdade fosse seriamente ameaçado. Se se conseguisse que os Medici se afastassem da tirania, a liberdade poderia ser assegurada, uma vez que, para o autor, esta consistia no meio termo entre estes dois extremos. Assim, a natureza livre do povo florentino seria respeitada, e com uma série de reformas no *reggimento* – facilitadas pelo predomínio de uma família –, os efeitos da corrupção poderiam ser atenuados, incidindo para uma cura parcial dos males que afligiam a cidade e que, como nota Guicciardini no início do *Discorso di Logrogno*, poderiam levar à ruína total de Florença.

Para o autor, o domínio dos Médici poderia incidir para a realização de bons efeitos, desde que a família fosse orientada adequadamente: “Porque sendo [o *stato*] conduzido prudentemente e proporcionalmente, se pode crer e esperar bons efeitos”.¹²⁰ A questão que se impunha era exatamente a de como tornar os Medici, tão desejosos de um predomínio absoluto, em governantes prudentes, capazes de liderar as reformas necessárias à cidade. Em primeiro lugar, era urgente a estabilização da família no poder, de modo que possíveis rebeliões

¹¹⁹ Ibid., p.44. “E come dallo essere uno infermo bene curato da' medici o no, si può pigliare potente argomento della salute o morte sua, così interviene nel governo di uno stato, perché essendo retto prudentemente e proporzionatamente, si può crederne e sperarne buoni effetti; essendo retto altrimenti e governato male, che si può crederne altro che la ruina e destruzione sua?”.

¹²⁰ Idem. “... perché essendo retto prudentemente e proporzionatamente, si può crederne e esperarne buoni effetti”.

fossem evitadas. Isto, porém, era muito difícil, uma vez que tanto os *grandi* quanto o *universale* haviam se acostumado com o *vivere libero*, e estariam dispostos a fazer de tudo para recuperar esta condição. A única solução encontrada pelo autor era a criação de um grupo de homens leais, aos quais os Medici dariam todas as honras, uma vez que “nenhuma amizade atualmente se prova senão quando é acompanhada da utilidade”.¹²¹ Assim, estaria garantida uma rede capaz de defender os senhores em possíveis rebeliões, mantendo alijados tanto os *grandi* quanto o *universale* que se mostrassem refratários:

“Alega-se que o primeiro intento daqueles que reinam e governam tem de ser conservar para si o *stato*, e tendo este intento faz-se necessário que tenham submetido seus inimigos, e não esperem ganhos dos amigos; refiro-me não só àqueles que são sabidamente inimigos dos Médici, mas em geral também do *universale*”. (*Del governo di Firenze dopo la restaurazione de' Médici nel 1512*, p.48).¹²²

Neste pequeno texto, que ao que tudo indica permaneceu incompleto, Guicciardini não consegue definir um mecanismo eficaz para que os Medici pudessem conduzir a reforma necessária. Dois horizontes, igualmente indesejáveis, parecem se abrir: o primeiro corresponderia à anarquia que certamente se originaria das possíveis conjurações contra a família dominante. O segundo é o excessivo fortalecimento dos Medici, e conseqüente afirmação da tirania na cidade.¹²³ Talvez por esta razão o autor tenha escrito apenas poucas páginas, deixadas inconclusas: o contexto de 1513 exigia soluções radicais, e nenhuma delas poderia se adequar ao *vivere libero*.

Após o retorno a Florença, em 1514, Guicciardini inicia a tão sonhada participação no serviço público da cidade. Ocupa com velocidade diversos cargos, e consegue aos poucos a confiança de Lorenzo de' Médici – a quem Maquiavel dedicará *O Príncipe* –, o jovem que comandava naqueles dias os

¹²¹ Ibid., p.48. “Nessuna amicizia oggidì si misura se non quanto è acompagnata dalla utilità...”.

¹²² “Alleganne che el primo intento di chi regge e governa há a essere di conservare lo stato suo, ed avendo questo intento li bisogna tenere bassi e battuti quegli che li sono inimici e non si possono guadagnare per amici, e di questa sorte dicono essere non solo quelli che si sono scoperti particolarmente inimici de' Médici, ma in genere tutto lo universale della città”.

¹²³ Ibid., p.49. “Ogni altro modo che si pigli è vano, perché li inimici rimangono assai e potenti, li amici ochi, freddi e non gagliardi. Queste e simili sono le ragione di quelli che persuadono questa parte; lê quali benché paino colorate, io nondimeno ne sono in diversa opinione”.

negócios públicos, a serviço do papa recém empossado, Leão X. Em 1516, Guicciardini escreve um outro discurso, intitulado *Del modo di assicurare lo stato alla casa de' Medici*. A conjuntura deste momento tornava possível ao autor dar continuidade às reflexões do texto de 1513; quatro anos após o retorno, os Medici estavam plenamente consolidados. O papado de Leão X se encontrava no ápice, e a família era naquele momento muito querida na cidade. Guicciardini parece trocar aqui a posição de legislador pela de conselheiro; se, a partir da análise do *Discorso di Logrogno*, fica evidente que o autor planeja para si as mais altas honras republicanas – quiçá o gonfalonierato vitalício –, em *Del modo di assicurare lo stato alla casa de' Medici* ele parece disposto a abrir mão dessas honrarias pela posição, também interessante, de conselheiro dos príncipes.¹²⁴

Já no início do texto, Guicciardini afirma a “mudança dos tempos”, causada pela eleição de Leão X.¹²⁵ Isto fez com que seus inimigos se acomodassem, e os amigos passassem a defender o estado calorosamente; as resistências aos Medici, evidentes após a derrubada da República, começam a se amenizar.¹²⁶ Guicciardini percebe, porém, que esta família não poderia se valer exclusivamente do papado de Leão X, uma vez que, se a *Fortuna* lhe foi favorável, a deusa poderia mudar rapidamente seus desígnios.¹²⁷ Assim, o escritor florentino estabelece três fundamentos, com vistas à manutenção duradoura do *stato* dos Medici. Em primeiro lugar, ele sustenta que a família não pode considerar o governo de Florença como uma atividade ancilar ao papado, pois que, morto o pontífice, a situação se tornaria similar àquela de 1512.¹²⁸ Diz o autor que “conquistar um *stato* é tarefa árdua, porém mais difícil ainda é conservá-lo”.¹²⁹ O segundo fundamento consistia na formação de uma rede de amigos, tal qual ele defendia

¹²⁴ Afirma Roberto Ridolfi que Guicciardini não se encontrava muito satisfeito, nos anos de 1515 e 1516, isto porque o jovem Lorenzo não lhe dava muitas oportunidades. *op. cit.*, p. 52.

¹²⁵ *Del modo di assicurare lo stato alla casa de' Medici*, p.51. “Successe miracolosamente la creazione del cardinale de' Medici in Leone ddi che súbito si mutarono le speranze e disegni di ognuno”.

¹²⁶ *Ibid.* “li inimici a assicurarsi e vivere in ragionevole condizione; li amici a gittarsi a favore dello stato com vivacità e caldezza”.

¹²⁷ *Ibid.*, p.52. “E se bene la grandezza del papato non lascia questo danno, non è ragione sufficiente a sprezzarlo le qualità de' tempi e felicità si mutono, ed è debole cosa essere tutto fondato in sulla vita di uno uomo solo, quale quando morissi, si vedrebbero li effetti di questi disordini”.

¹²⁸ *Ibid.*, p.53. “El disporre di uma città e domínio a questo modo, dà potenza e riputazione grande, essendo delle principali città e stati d'Italia: possono, vivente el pontefice, valersi assai della opportunità e potenza di quei a acquistare stati e colorire e' loro disegni; morto el pontefice, chi non vede quanto importerà questo braccio a mantenersi quello che aranno acquistato?”

¹²⁹ *Ibid.*, p.54, “perché privati acquistare stati grandi è cosa árdua ma molto più árdua conservarli”.

no discurso de 1513. Existe, porém, uma diferença central: no texto de 1516, Guicciardini enfatiza que é fundamental para a família se cercar de homens bons, prudentes e de grande reputação, para que estes ajudem na condução adequada do *stato*.¹³⁰ Fazia-se necessário que os Medici dessem a esses homens boas condições, permitindo que falassem livremente, para que pudessem aconselhá-los adequadamente.¹³¹ Para que estes não se desviassem, a família deveria usar grande benevolência nas recompensas, de modo que todos tivessem a consciência de que não seriam ninguém sem o apoio da família.¹³² Assim, ao mesmo tempo em que os Medici devem se cercar de homens hábeis e prudentes, estes precisavam ser vigiados o tempo todo, e favorecidos de acordo com o comportamento e mérito.¹³³ O terceiro fundamento consistia em manter o povo contente, seguindo o exemplo de Lorenzo Magnífico; ainda que o *universale* tivesse grande amor à liberdade, eles poderiam se acalmar, conquanto não lhes faltasse nada.¹³⁴

Guicciardini detectava a mudança dos tempos: “não estamos mais nos tempos antigos de romanos e gregos, em que espíritos generosos aspiravam à glória: ninguém em Florença ama tanto a liberdade e o governo popular a ponto de que, se lhe for dado um outro modo de vida, mais adequado e melhor, ele não pensará em abraçá-lo, em não se voltar a esta nova forma com toda a disposição”.¹³⁵ Nestes tempos em que a busca do interesse pessoal estava acima de tudo, o domínio dos Medici poderia ser revertido em uma boa forma de

¹³⁰ Ibid., p.55. “Ma per tornare doppo questa digressione al principale nostro ragionamento, el secondo fondamento di che há bisogno questa cura è che costoro si persuadino di potere fare in Firenze uno numero di amici buoni, fedeli e veri co’ quali possino restringersi ed adoperarli alle cose importanti. E questo fa dua effetti buoni e salutiferi, anzi necessari: l’uno è che ci siano uomini di riputazione...”

¹³¹ Idem. “E però se qui fussi uno numero di cittadini ne’ quali avessino fede e com chi conferissino, ed a’ quali dessino animo di parlare liberamente el vero, sarebbono avvertiti della importanza delle cose e non errebbono se non quando voluntariamente volessino errare”.

¹³² Ibid., p.56. “Perché gli è bene a proposito che si sappia che in fatto ogni cosa si ha a ricognoscere da lui e che e’ cittadini dello stato sono senza lui niente...”

¹³³ Ibid., p.57. “l’uno di eleggere bene e com prudenzia, l’altro di non si dare, come è detto di sopra, loro in preda totalmente, anzi volere qualche colta intendere e vegghiare lê azione loro, e favorili e disfavorirli secondo e’ portamenti e Meriti”.

¹³⁴ Ibid., p.59. “El terzo fondamento è che e’ si tenga contento più che si può el populo e lo universale della città, la quale è cosa difficile per essere alla più parte piaciuto el governo popolare, e dispiacere questa grandezza ed autorità si assoultamente che hanno preso costoro. In che sono ancora moleste le dimostrazione, perché se fussi stato possibile che el vivere e conservare con loro fussi stato più civile e più equale, a uso di Lorenzo vecchio...”

¹³⁵ Ibid., p.58. “Non sono più e’ tempi antichi de’ romani e de’ greci, né quegli ingegni generosi e tutti aspiranti allá gloria: nessuno è a firenze che ami tanto la liberta ed el reggimento popolare che, se gli è dato in uno altro vivere più parte e migliore essere che non pensa di avere in quello, non vi si vòlta com tutto lo animo”.

governo, desde que estes evitassem o governo absoluto, e trabalhassem para a manutenção da “sombra da liberdade” na cidade de Florença, a única maneira de preservar minimamente os princípios do bom governo.¹³⁶ Os Medici deveriam atuar como timoneiros do *stato*,¹³⁷ sempre atentos aos males da cidade, explorando o potencial dos (poucos) homens sábios e prudentes, que ainda viviam e desejavam tomar parte nos assuntos da República.¹³⁸

8.3

Os efeitos do bom governo: o *Dialogo del Reggimento di Firenze*.

Entre 1521 e 1526 – período em que ocupou diversos governos de província, a serviço dos Medici –, Guicciardini escreve o *Dialogo del Reggimento di Firenze*.¹³⁹ Logo no proêmio, o escritor florentino afirma a necessidade de refletir sobre o governo e a boa ordenação da República. Assim como Platão – que tentara, segundo o autor, manter vivo o interesse pela política em um tempo de degradação¹⁴⁰ –, Guicciardini imbui-se desta que, segundo ele, consistia em atividade bastante honrosa e necessária: discorrer sobre os tipos de governo.¹⁴¹

¹³⁶ Ibid., p.64. “Non voglio omettere di dire che non è mancato e non manca chi ha avuto opinione ed ha, e forse ha fatto opera di persuaderlo, che sarebbe più sicurtà di costoro pigliare assolutamente el dominio della città in fatti ed in titolo, che tenere el governo sotto questa ombra di civiltà e di libertà”.

¹³⁷ Ibid., p.52. “E però come e’ marinai prudenti quando sono in porto o in bonaccia rassettano el loro legno e tutti li instrumenti di quello per potere reistere alla futura tempesta, così chi há in mano el timone di questo stato doverrebbe in tanto ócio e commodità rassettare e disporre dene tutte le membre di questo corpo, per potere in ogni accidenti che venissi, valersi di tutto el nervo e virtù sua”.

¹³⁸ Nesse sentido, afirma Vittorio de Caprariis, sobre o texto de 1516. “Bisogna, cioè, anche qui assicurare la prevalenza di una politica moderata, trovare il modo di assicurare la direzione al ceto dirigente moderato che controlli il signore, che sostanzialmente governi mettendo a frutto l’autorità di quello e la própria esperienza. Il succo che si ricava dal *discorso* del 1516 sul modo di assicurare lo stato ai Medici è appunto questo: è necessário paralizzare i Médici mettendo al loro fianco una classe dirigente che sappia molto bene quello che vuole, che impedisca il governo personalistico e che, conciliandosi il favore loro col mantenerli al potere, svuoti com la sua azione questo potere stesso”. Cf. DE CAPRARIIS, V. *op. cit.*, p. 65.

¹³⁹ Por sua riqueza e complexidade, o *Dialogo* mereceria um tratamento mais aprofundado, talvez com um capítulo à parte. Em virtude do tempo, não pude eralizar este capítulo; apresento, todavia, aquelas que considero as principais questões das duas partes do texto.

¹⁴⁰ *Dialogo del reggimento di Firenze*, Proêmio, p.13. “Se già com crediamo che Platone, quando pensò e scrisse della republica, lo facessi mosso da speranza che quel governo immaginato da lui avessi a essere introdotto e seguitato degli ateniesi; e’ quali a tempo suo erano in modo diventati licenziosi e insolenti, che, non che egli tentassi di fargli ricevere buona amministrazione, ma, come si truova scritto in una sua pistola, disperato che mai più s’avessino a governare bene, non volle mai mescolarsi né travagliarsi della loro republica”.

¹⁴¹ Idem. “non si può dire se non che meriti di essere laudato chi applica l’animo e consuma ancora qualche parte del tempo nella contemplazione di si onesta e si degna matéria”.

Ainda que o momento não fosse favorável – afinal os Medici estavam há uma década no poder –, Guicciardini não perde as esperanças de ver uma República bem ordenada se concretizar em sua cidade natal: “se bem que, em virtude da autoridade dos Medici em Florença, e da potência grandíssima do pontífice, a cidade pareça ter perdido a liberdade, os *accidenti* que ocorrem diariamente nas coisas humanas podem, todavia, a qualquer hora, [fazer com que] da mesma forma que do *stato* popular originou-se o *stato* de um, possa com a mesma facilidade voltar do *stato* de um à liberdade primeira”.¹⁴² O autor não vislumbra mecanismos adequados que pudessem levar à queda dos Medici naquele instante. Porém, a deusa *Fortuna* – responsável pelos *accidenti* –, com seus caprichos e vontades, poderia decidir a qualquer momento pela ruína da família, possibilitando o retorno ao regime republicano; afinal, “não se pode esperar de uma família a perpetuidade que se pode esperar de uma República”.¹⁴³ Deste modo, a discussão do ordenamento republicano em um regime autoritário não se mostraria inútil, segundo o autor,¹⁴⁴ como no caso de Platão, fazia-se extremamente necessária, para que os princípios maiores do bem comum e bom governo não fossem esquecidos em um momento de corrupção dos costumes e dos valores. Assim, Guicciardini se propõe a discorrer sobre o *reggimento* de Florença, ainda que se encontrasse, na primeira metade da década de 1520, totalmente envolvido com a asseguuração dos domínios papais em diversas regiões da Península Itálica.¹⁴⁵

O *Dialogo del reggimento di Firenze* possui uma característica especial: as duas partes da obra apresentam teses bastante diferenciadas, em alguns momentos antagônicas. Diversos comentadores notaram esta cisão. Para Vittorio de Caprariis, o conflito entre as duas partes do texto reflete a “esperança do cidadão” (livro II) desencantada pelo “estado das coisas” (livro I).¹⁴⁶ Deste modo, para o

¹⁴² Ibid., p. 14. “se bene per la autorità che hanno e’ Medici in Firenze, e per la potenza grandissima del pontefice paia perduta la libertà di quella, nondimeno per gli accidenti che tuttodi portono seco le cose umane, può a ogn’ora nascere, che così come in uno tratto dallo stato popolare la venne allo stato di uno, possi ancora con la medesima facilità ritornare dallo stato di uno alla sua prima libertà”.

¹⁴³ Idem. “E tanto più, che senza dubio si può più difficilmente sperare perpetuità di una famiglia che non si può di una republica”.

¹⁴⁴ Idem. “il che se accadessi, potrebbe ancora questo pensiero e discorso non essere del tutto inutile...”.

¹⁴⁵ Roberto Rodolfi percebe que o *Dialogo* foi finalizado em meio à defesa de Parma, episódio em que Guicciardini esteve envolvido, à serviço do papado. Cf. RDOLFI, R. *op. cit.*, p. 105.

¹⁴⁶ Cf. DE CAPRARIIS, V. *op. cit.*, p.72.

crítico italiano, Guicciardini teria se tornado “prisioneiro do seu próprio sistema”, pois que a forma ideal de *reggimento* – o livro II, que repete as teses do *Discorso di Logrognò* – se mostra impraticável, sendo superado pela empiria do primeiro livro; isto tornaria sua reflexão contraditória e utópica, o que apontaria para a falência do seu sistema político, fundamental para a guinada *dalla politica alla storia* defendida pelo crítico italiano.¹⁴⁷ John Pocock, refutando de Caprariis, afirma que a diferença de perspectiva entre as duas partes do texto tematiza uma tensão entre “valor” e “história”. Afirma o historiador neozelandês: “o que deve ser não é o que irá acontecer, mas assim mesmo precisa ser afirmado”;¹⁴⁸ assim, o livro II implicaria uma afirmação da “necessidade moral”,¹⁴⁹ o estudo do que não pode deixar de constituir uma referência.¹⁵⁰ No ponto de vista de Pocock, ainda que a história mostrasse a Guicciardini a impossibilidade de realização plena dos valores republicanos, estes ainda deveriam ser defendidos com vigor. Desde modo o autor quebra o dualismo de de Caprariis, porém não consegue mostrar de que maneira as duas análises se articulam, se é que efetivamente se articulam.

Segundo Nicolai Rubinstein, a perspectiva de *mutazione di stato* não era improvável no contexto histórico da redação do *Dialogo*, o que pode ser comprovado pela passagem que mobilizamos acima, em que o autor menciona a possível mudança de rumo dos assuntos políticos (ainda que esta dependesse dos desígnios da *Fortuna*).¹⁵¹ Deste modo, Guicciardini se propunha, no *Dialogo*, a pensar a reforma da cidade, com base no modelo da República de 1494,¹⁵² assim,

¹⁴⁷ Ibid., p.79. “Il Guicciardini è, invece, prigioniero del suo stesso sistema: egli ha teorizzato la miglior forma di reggimento, un reggimento che se anche porta il nome di Firenze ritiene suscettibile di applicazione in tutti i casi (...) È comprensibile che egli cercasse di veder applicata questa legge, di vederla concretarsi una volta che se ne presentava l’occasione. E l’episodio illumina ancora meglio quello che già l’opera per suo conto rivela l’intrinseca debolezza del *Dialogo*, il punto debbe della costruzione guicciardiniana”.

¹⁴⁸ POCOCK, J. *op. cit.*, p.243. “What ought to be is not what is going to happen, but nonetheless it requires to be affirmed”.

¹⁴⁹ Idem. “In these circumstances, to affirm one’s value is not an act of unreal abstraction but precisely a moral necessity”.

¹⁵⁰ Idem. “If the *ottimati* and the city were not going to get what their natures required them to enjoy, the only way to evaluate what they were going to get was to study in depth what they ought to have had”.

¹⁵¹ Cf. RUBINSTEIN, N. *op. cit.*, p. 176. “Viene qualche volta affermato che il Guicciardini concepisse il suo modello del buon governo di Firenze come un’utopia – è stato perfino paragonato all’*Utopia* di Thomas More – ma i riferimenti ad una realizzazione di questo modello in uno avvenire non troppo lontano, e forse assai vicino, contraddicono, a mio parere – come fa del resto il contenuto stesso di un’opera saldamente basata sulle realtà politiche fiorentine –, ad una interpretazione del *Dialogo* in chiave utopistica”.

¹⁵² Ibid., p. 177. “E sicuramente non fu soltanto il desiderio di conformarsi al restaurato regime repubblicano, seguendo in ciò, come tanti altri ottimati, in senso inverso il precedente storico del 1512, che l’indusse a scrivere a Niccolò Capponi, all’ vigilia della elezione di questi a

afirma em carta a Niccolò Capponi, datada de 30 de maio de 1527: “eu amo o governo popular e a liberdade da cidade tanto quanto todos os outros”.¹⁵³ Sigo a perspectiva de Rubinstein, de que as reflexões do *Dialogo* visavam a uma reforma de Florença, não possuindo o caráter utópico que comumente é atribuído a este texto. Ademais, penso que, no horizonte de uma reforma possível, a contradição entre as duas partes do texto torna-se perfeitamente aceitável. Ainda, acredito que *a primeira parte deva ser lida como o choque de duas posições antagônicas – a pura arte do estado (Bernardo del Nero) contra a pura arte do bom governo (os demais interlocutores). Já no livro II, o autor busca uma conciliação entre estas duas formas antagônicas de pensar a política*, que tem como resultado a afirmação do modelo delineado no *Discorso di Logrogno*, em que argumentos pragmáticos, eficientes e racionais (*ragionevole*) são direcionados para o estabelecimento de uma República bem ordenada, calcada nos princípios do bom governo herdados da tradição.¹⁵⁴

O diálogo se passa no ano de 1494, pouco tempo após a instauração da República e expulsão dos Medici.¹⁵⁵ Paoloantonio Soderini, Piero Capponi e Piero Guicciardini (pai de Francesco) – alguns dos que se destacavam na organização do novo regime –, fazem uma visita a Bernardo del Nero, um dos florentinos mais respeitados naqueles dias, que se encontrava, contudo, alijado da vida pública, por conta de sua colaboração de muitos anos com os Medici. Como afirma Piero Guicciardini logo no início da discussão, Bernardo del Nero era um homem de “grande idade e prudência singular”, que aprendeu sobre os assuntos de estado “na prática, e não nos livros dos filósofos”.¹⁵⁶ A idéia era que del Nero pudesse, com

Gonfaloniere di Giustizia: ‘io amo el governo popolare et la libertà della ciptà quanto alcuno altro’”.

¹⁵³ Apud. RUBINSTEIN, N. Idem. Conferir a nota anterior.

¹⁵⁴ A idéia de que as teses do livro II equivalem ao *Discorso di Logrogno* são amplamente aceitas pela crítica guicciardiniana. Alisson Brown, em sua introdução à edição em língua inglesa do *Dialogo*. Cf. BROWN, A. “Introduction”. In. *Dialogue on the government of Florence*, p. viii.

¹⁵⁵ No proêmio, Guicciardini afirma que seu pai sempre se referia a um diálogo ocorrido em 1494, e que uma de suas intenções era narrar aquilo que seu pai havia lhe confidenciado muitas vezes. “Perché in questo discorso non sara parte alcuna di invenzione o giudicio mio, ma sara tutto uma sincera e fedele narrazione di quello che altra volta ne fu ragionato da più nostri cittadini gravissimi e savissimi; el quale ragionamento oerché si conservi allá memoria com lo instrumento delle lettere, ho voluto scrivere com quel modo e ordine che più volte mi fu recitato da mio padre, che uno fu di color che ne parlo; ancora che, come era consueto di fare el più delle volte, cercassi più di intendere la opinione degli altri che dire la sua”. *Dialogo*, p. 15.

¹⁵⁶ *Dialogo del reggimento di Firenze*, p.24. “Io per me non so che maggiore diletto mi potessi avere, che udire parlare delle cose publiche e civili uno uomo di grande età e di singolare

sua vasta experiência, ajudar os três a organizar adequadamente a República recém instaurada; assim, tem início o *ragionamento*, a discussão entre quatro homens de grande expressão, com vistas ao estabelecimento de um ponto de vista comum.¹⁵⁷

O ancião, porém, mostra-se cético quanto aos procedimentos que vinham sendo adotados pelos condutores da República. Para ele, as tentativas dos *ottimati* de estabelecer um governo *stretto* não condiziam com a natureza do povo florentino, amante da liberdade e da igualdade; por esta razão, del Nero defende que em Florença só poderia haver dois tipos de governo: o de “um” ou de “muitos”.¹⁵⁸ Seus interlocutores discordam deste ponto de vista; segundo eles, era preciso organizar a República com base no ideal da *vera nobilitas*, e o tipo de governo defendido por eles tem como arquétipo o período de Maso degli Albizzi, o mesmo que Guicciardini pregava na *Storie Fiorentine* como o mais adequado à cidade.¹⁵⁹ De tal modo, Piero Caponi, Paoloantonio Soderini e Piero Guicciardini desfilam, ao longo do livro I, muitas dentre as teses caras aos humanistas do século XV: a República como única forma de governo capaz de assegurar a liberdade, a oposição entre tirania e *vivere libero*¹⁶⁰, a valorização da *virtù* dos cidadãos,¹⁶¹ da honra e da nobreza¹⁶², a defesa do expansionismo florentino como

prudenza, che non ha imparato queste cose in su' libri da' filosofi, ma con la esperienza e con le azioni, che è el modo vero dello imparare”.

¹⁵⁷ Ibid., p.25. Afirma Bernardo del Nero: “Io sono contento avere com voi questo ragionamento, non meno per imparare che per insegnarvi, perché quello poco che io intendo di queste cose, lo so solo per esperienza, della quale nessuno di voi manca, avendo già più anni sono, atteso alle cose dello stato...”.

¹⁵⁸ Ibid., p.41. “Ma io sono di ferma opinione, e così sempre mostrerà la esperienza, che a Firenze sia necessário o che el governo sia in mano di uno solo, o che venga totalmente in mano del popolo; e ogni modo di mezzo sara pieno di confusione e ogni di tumultuerà”.

¹⁵⁹ Nesse sentido, afirma Piero Caponi, em passagem do *Dialogo*, p.44. “Fu pure, a tempo di messer Maso degli Albizzi, di Gino mio bisavolo, di Niccolò da Uzzano e di quegli altri, uno stato in mano de' cittadini principali e di più qualità, né però stretto in modo chi la città non fussi libera; durò unito molti anni, e si governarono drento e fuora com grandissima riputazione, perché tennono la città senza mutazione...”

¹⁶⁰ Cf. *Dialogo*, p.36. Afirma Paoloantonio Soderini: “...dove da uno canto viene in considerazione lo stato de' Medici, che era governo di uno solo e usurpato, da altro canto uno vivere libero, quale se negli altri luoghi è buono, è ottimo nella nostra città dove è naturale e secondo lo appetito universale”.

¹⁶¹ Ibid., p.62. Afirma Paoloantonio Soderini: “Adunche se el primo obietto di coloro che hanno retto legitimamente le città, se la principale fatica de' filosofi e di tutti quegli che hanno scritto del vivere civile, è stata di mettervi quella istituzione che produca le *virtù* ed eccellenza di ingegno e di opere generose, quanto sarà di biasimare e detestare uno governo, dove per cpontrario si fa estrema diligenza e detestare uno governo, dove per contrario si fa estrema diligenza di spegnare ogni generosità e ogni *virtù*” (grifos meus).

¹⁶² Ibid., p.63. Também Soderini: “perché nessuno governo può essere più vituperoso e più pernizioso che quello che cerca di spegnere la virtù e impedisce a chi vi vive drento, venire, io non

uma consequência da liberdade de seu povo.¹⁶³ E vão além, ao criticar os Medici, considerados tiranos, cujas ações teriam incidido para a perda de virilidade dos cidadãos¹⁶⁴, e para a nomeação para os mais altos cargos de plebeus e habitantes do *contado* – região fora dos muros da cidade –, pessoas de “famílias ignóbeis” e pouco honradas.¹⁶⁵ Assim, o modelo defendido por Soderini, Caponi e Piero Guicciardini se equipara às teses defendidas por Francesco Guicciardini na *Storie Fiorentine*: a defesa de um governo *ottimati*, calcado na nobreza e no controle das magistraturas pelas principais famílias cidadinas. Afirma Piero Capponi:

“Nossa intenção era a de tirar a cidade do poder de um homem e restaurar a liberdade, como foi feito. É verdade que não desejávamos dar o governo absolutamente ao povo, mas [deixa-lo] nas mãos dos cidadãos principais e de maior qualidade, de modo que este fosse mais um *stato* de homens de bem [*uomini da bene*] que totalmente popular...” (*Dialogo del reggimento di Firenze*, p.39).¹⁶⁶

Bernardo del Nero concorda com seus interlocutores quanto ao caráter natural da liberdade na cidade de Florença; destaca, porém, que é preciso analisar, de forma comparativa, os possíveis *efeitos* das formas de governo sobre a cidade, para que se estabeleça de maneira adequada a melhor maneira de conduzir Florença em determinado momento histórico. Assim, del Nero rejeita uma definição abstrata e universal do melhor governo, a qual considera uma característica do pensamento dos filósofos, em prol de uma análise calcada na

dico a grandezza, ma a grado alcuno di gloria, mediante la nobilità dello ingegno e la generosità dello animo”.

¹⁶³ Guicciardini coloca na boca de Paoloantonio Soderini um argumento da *Storie Fiorentine*, a idéia de que, para dominar outros povos, é preciso ser livre: “Non negherò che sia di grandissima importanza, ma secondo l’ordine della natura viene prima in considerazione e prima si ha a cercare di essere libero o bene governato, e poi di dominare a altri”. *Ibid.*, p.111.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p.63. Soderini: “Aggiugnerò un’altra considerazione la quale a me pare verissima, se bene non sarebbe forse capace a ognuno: che la casa de’ Medici, come fanno tutti gli stati stretti, attese sempre a cavare l’arme di mano a’ cittadini e spegnere tutta la virilità che avevano; donde siamo diventati molto effeminati, né abbiamo quello vigore di animo che avevano gli avoli nostri”.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 53. Capponi: “Di che è riuscito el male doppio, perché non solo si è tolto a chi si doveva dare, ma ancora mancando questi, si è dato a chi non si doveva, ed esaltato a’ primi onori molte case ignobile e abilitati allo stato infiniti plebei e contadini; e como tiranicamente disse Puccio, sforzatisi di riempire el luogo de’ nobili col mettere indosso alla gente vile e’ panni di grana di san Martino”.

¹⁶⁶ “La intenzione nostra fu cavare la città dalla potenza di uno e riducerla in libertà, come si è fatto. Vero è che desideravamo non mettere el governo assolutamente nel popolo, ma in mano di cittadini principali e di più qualità, in modo che fussi più tosto uno stato di uomini da bene che tutto popolare...”

experiência prática e na *ragione*¹⁶⁷, capaz de dar conta das vicissitudes a serem enfrentadas pela República recém instaurada. Ao discorrer sobre a forma de governo mais adequada para a cidade, del Nero não se atém ao princípio republicano como um valor universal; ao contrário, mobiliza a própria reflexão de Marsilio Ficino – chamado de “vosso filósofo” – que, calcado em Platão, afirmava que a melhor forma de governo seria a monarquia, quando bem ordenada;¹⁶⁸ assim, ele utiliza o filósofo contra os defensores dos princípios abstratos. Para del Nero, este conjunto de ensinamentos tinha pouca valia; seria preciso, segundo ele, levar em conta somente os efeitos dos governos, aquilo que eles geram e o bem e mal que trazem para a cidade: “digo que, se quisermos tecer juízos sobre um governo ou outro, não devemos considerar tanto de que espécies sejam, mas os efeitos deles [dos governos]”.¹⁶⁹ Deste modo, a comparação entre a República recém instaurada e o antigo domínio dos Medici deveria se ater aos resultados práticos, e não aos princípios gerais definidos por filósofos; assim, considerando-se apenas os efeitos, pode-se perceber que muitas vezes um estado fundado sob a violência é menos pernicioso que um principado natural.¹⁷⁰ Para o ancião, às considerações sobre a natureza da cidade – caras já aos humanistas –, dever-se-ia acrescentar a análise acurada dos efeitos, ou seja, dos resultados práticos de cada maneira de governar. Assim, ao analisar a transição do regime mediceu para a República, del Nero afirma:

“Queremos discutir se a mudança do *stato* foi útil ou não à cidade; de acordo com o fundamento que propus, para resolver a questão satisfatoriamente, faz-se necessário considerar os *efeitos e condições* daquele governo que caiu, e, por outro lado, considerar quais serão os efeitos e as condições deste [governo] que vocês

¹⁶⁷ Ibid., p.45. Bernardo del Nero: “Io sono uno di quegli che in queste cose non allegherei mai la esperienza, se io non la vedessi accompagnata dalla ragione”.

¹⁶⁸ Ibid., p.27. Bernardo del Nero: “Non dicono e’ vostri filosofi, se messer Marsilio Ficino, con chi qualche volta ne ho parlato, mi ha riferito el vero, che essendo tre le spezie de’ governi, di uno, di pochi e di molti, el migliore di tutti è quello di uno, el mediocre quello di pochi, el manco buono quello di molti? Però non so come voi vi scuserete co’ vostri libri, poi che partendovi dal governo più lodato da loro, eleggete e’ manco lodati”.

¹⁶⁹ Ibid., p.33. del Nero: “dico che a volere fare giudicio tra governo e governo, non dobbiamo considerare tanto di che spezie siano, quanto gli effetti loro”.

¹⁷⁰ Ibid., p.32. del Nero: “Ma diciamo più chiaro e in modo che io possa essere inteso meglio; se quegli medesimi malio per ignoranza o per malizia facessi uno principe naturale, che fa uno che há lo stato violento, non diremo, credo io, che fussi peggiore governo el violento che quell’altro, ma considerato gli effetti di tutti dua essere in uno medesimo modo maligni e perniziosi, tanto biasimeremo l’uno quanto l’altro”.

introduziram, ou, dizendo melhor, pensaram introduzir”. (*Dialogo del reggimento di Firenze*, p.34. Grifo meu.).¹⁷¹

Em sua análise dos efeitos dos dois governos – no caso da República, os efeitos que poderia *antecipar* a partir da análise da situação presente –, del Nero conclui que o domínio dos Medici havia sido muito benéfico para a cidade; ao contrário, da República recém instaurada pouco se podia esperar. Na época de Lorenzo, segundo ele, os cargos públicos eram bem distribuídos, a justiça ordenada, e a cidade havia dominado diversas regiões. Estes argumentos são sustentados em resposta a Piero Capponi, que afirmara três fundamentos de um bom governo: administração igualitária da justiça, distribuição adequada das honras públicas e conquista de domínios estrangeiros.¹⁷² Para del Nero, os Medici haviam sido extremamente eficientes nestes três pilares, tendo feito “muito bem e pouco mal” à cidade¹⁷³; assim, ele utiliza argumentos práticos para demonstrar aos seus interlocutores que os efeitos do governo dos Medici haviam sido positivos, enquanto da República só se poderia esperar a “anarquia”, uma vez que, para ele, “o povo não é bom juiz da qualidade dos homens”.¹⁷⁴

Estas considerações de Bernardo del Nero calcam-se em uma série de críticas à forma pela qual seus interlocutores consideram e analisam os fenômenos políticos. Em primeiro lugar, o autor critica a idéia de que a liberdade seria um desejo natural dos homens; afirma del Nero que os homens movem-se pelo desejo de dominar e obter vantagens, e que, quando possuem boas

¹⁷¹ “Noi vogliamo disputare se la mutazione dello stato è stata utile allà città o no; e secondo questo fondamento che io ho fatto, a volere bene risolversene, bisogna considerare gli effetti di quello governo che è mutato e le condizone sue, e da altro canto considerare quali saranno gli effetti e lê condizioni di questo che voi avete introdotto, o forse per dire meglio, pensate di introdurre”.

¹⁷² Ibid., p.49. Piero Capponi: “Io credo che nel governo di una città simile alla nostra si abbino a considerare principalmente tre cose: come si amministri equalmente la giustizia, come convenientemente si distribuischino gli onori e utili publici, come bene si governino le cose di fuora, cioè quelle che appartengono alla conservazione e augumento del dominio”.

¹⁷³ Idem. Bernardo del Nero: “È vero, e questo so che voi non negherete, che la tirannide loro è stata, secondo le altre, molto mansueta; perché non sono stati crudeli o sanguinosi, non rapaci, non violatori di donne o dello onore di altri; sono stati desiderosi e caldi a augumentare la potenza della città e hanno fatti molte bene e pochi mali, eccetto quegli a che gli há indotti la necessità”.

¹⁷⁴ Ibid., p.74. Bernardo del Nero: “A me pare che avendo voi, o per dire meglio chi há ordinato questogoverno nuovo, timesso al consiglio grande lê elezione di tutti gli officii, che non si possa aspettarne altro che molti errori, perché el popolo non sarà buono giudice delle qualità degli uomini, né misurerà com diligenza quanto pesi ognuno, anzi andrà alla grossa e si governerà più com certe opinioni che andranno fuora senza fondamento, e per dire meglio com certi gridi, che com ragione”.

oportunidades, passam a servir a regimes tirânicos;¹⁷⁵ assim, o interesse pessoal sempre prevaleceria, em detrimento do bem comum.¹⁷⁶ Bernardo del Nero critica também a idéia de que a nobreza dos agentes garante a condução adequada dos assuntos públicos; ora, se os efeitos são mais importantes que as definições abstratas, o pertencimento a uma boa família se mostra incapaz de garantir a pertinência no trato dos negócios públicos¹⁷⁷: a prudência – a habilidade de distinguir a “substância” das coisas dos *accidenti*¹⁷⁸ – torna-se, para del Nero, mais importante que a *virtù*, aludida a todo o momento por seus interlocutores – sobretudo Soderini –¹⁷⁹ e que pouco aparece em suas frases.

Em todo o livro I do *Dialogo del reggimento di Firenze*, presencia-se uma troca de argumentos – a qual Guicciardini denomina *ragionamento* –, que contudo não consegue chegar a um denominador comum. Se o intuito de Soderini, Capponi e Piero Guicciardini era o de se aconselharem com Bernardo del Nero, pode-se dizer que o *ragionamento* resultou em fracasso, uma vez que o ancião se mostra um crítico severo do modelo republicano, sobretudo na forma pela qual eles pretendiam organizar o *reggimento*, através de regime *stretto* dos *ottimati*; ademais, del Nero defende o retorno dos Medici à cidade, uma vez que, para ele, os resultados do governo popular se mostrariam desastrosos em longo prazo. Temos, de um lado, Capponi, Soderini e Piero Guicciardini defendendo os princípios tradicionais do bom governo, e do outro Bernardo del Nero, que com a vasta experiência na arte do estado procura desmontar a seus interlocutores, com base na análise dos efeitos, que, naquele contexto, o domínio dos Medici seria mais adequado à cidade.

¹⁷⁵ Estas considerações foram analisadas no capítulo 6. Ibid., p.65. Bernardo del Nero: Io ho considerato spesso che questo nome della liberta è molte colte preso più presto per colore e per scusa da chi vuole occultare lè sue cupidità e ambizione, che in fatto si truovi così naturale negli uomini questo desiderio (...) Mi pare bene, se io non mi inganno, che negli uomini si truovi naturale el desiderio di sominare e di avere superiorità agli altri”.

¹⁷⁶ Ibid., p.70. Bernardo del Nero: “...e così vengono a essersi mossi non per bene commune, mas per fine di proprio interesse”.

¹⁷⁷ Ibid., pp.25-6. Bernardo del Nero: “Vi dico dunche che, come voi sapete, io ho avuto lunghissima amicizia co’ Médici, e ho infinite obbligazioni a quella casa, per mezzo della quale, non essendo io di stirpe nobile, né cinto di parenti come siate tutti a ter voi, sono stato beneficiato ed esaltato a fatto pari a tutti quegli che orninariamente mi sarebbono andati innanzi negli onori della città”.

¹⁷⁸ No capítulo 7, discute as afirmações de Bernardo del Nero, acerca da circularidade do tempo e a capacidade de enxergar “além”, que se relacionam com a prudência.

¹⁷⁹ Conferir a fala de Paoloantonio Soderini, entre as páginas 59 e 64; a palavra *virtù* é utilizada sete vezes, sempre com o sentido de honra, nobreza e respeito ao bem comum.

Discordo dos que colocam Bernardo del Nero como a voz de Guicciardini neste texto.¹⁸⁰ Penso que a *forma dialógica do texto* tem por objetivo apresentar pontos de vista *in utramque partem* – argumentos contrários –, de modo que se torne possível perceber as diferenças entre maneiras distintas de conceber o melhor governo para a cidade de Florença.¹⁸¹ Como nota Victoria Kahn, a capacidade de valer-se argumentos contrários com igual força persuasiva era vista como uma faculdade dos homens reputados como prudentes.¹⁸² Existe, contudo, um desequilíbrio nos argumentos do *Dialogo*, uma vez que as posições defendidas por Bernardo del Nero acabam se mostrando mais convincentes; daí a associação, feita pela maioria dos críticos, entre sua figura e o ponto de vista de Guicciardini no texto.

Penso, todavia, que este desequilíbrio latente não implica uma necessária superposição entre a posição do autor e de seu personagem. Muitos dos pontos defendidos por Capponi, Soderini e Piero Guicciardini se encontram em outros textos de Guicciardini, e da mesma forma algumas afirmações de del Nero entram em choque com as posições de Guicciardini em outros momentos. Ao sustentar a incapacidade do povo em tecer juízos adequados sobre o caráter dos governantes, Bernardo del Nero contradiz uma tese fundamental do *Discorso di Logrognò*; do mesmo modo, a crítica severa ao *Consiglio Grande* não corresponde às demais reflexões do autor, inclusive a apresentada na *Storia d' Itàlia*, já que, nesta obra, os juízos acerca da República de 1494 consistem em mera repetição das teses elencadas no *Discorso di Logrognò*.¹⁸³ Assim, para que del Nero pudesse

¹⁸⁰ Esta posição é aceita por quase todos os comentadores.

¹⁸¹ Trata-se de uma prática retórica difundida e estudada em tratados renascentista. Cf. KAHN. V. *Rhetoric, Prudence, and Skepticism in the Renaissance*, p.20.

¹⁸² Idem. “Contradiction – in the form of contradictory opinion – is seen to be capable of resulting in a probable truth, and is thus ultimately subordinate to consensus in interpretation. The activity of the Academic skeptic, who can argue on both sides of any philosophical question (*in utramque partem*), is considered to be analogous to that of the orator and the the prudent man. (...)”.

¹⁸³ Em *Storia d'Italia*, II, 2, pp. 156-166, Guicciardini cria um discurso, em que Paoloantonio Soderini discorre sobre a boa organização do governo em Florença, após a queda de Piero de' Médici e a instauração da República. Os princípios defendidos equivalem aos aventados pelo autor no *Discorso di Logrognò*; o interessante é que estas posições contradizem em grande medida o “personagem” Paoloantonio Soderini do *Dialogo del reggimento di Firenze*. Alguns trechos: “E’ sarebbe certamente, prestantissimi cittadini, molto facile a dimostrare che, ancora che da coloro che hanno scritto delle cose civili il governo popolare sia manco lodato che quello di uno principe e che il governo degli ottimati, nondimeno, che per essere il desiderio della libertà desiderio antico e quasi naturale in questa città, e le condizioni de’ cittadini propozionate all’egualità, fondamento molto necessario de’ governi popolari, debba essere da noi preferito senza alcuno dubbio a tutti gli altri. (...) desiderano una forma più perfetta, e per la quale si conservi la concordia e sicurtà de’ cittadini, cosa che né secondo le ragioni né secondo l’esperienza del passato si può sperare in questa città se non sotto uno governo *dependente in tutto dalla potestà del popolo ma che sia*

representar a voz de Guicciardini no *Dialogo*, o autor teria que abrir mão, naquele momento, de seus ideais republicanos, o que não se vê nem em sua correspondência – como mostra o trecho de uma carta enviada a Niccolò Capponi citado anteriormente – tampouco nos *Ricordi*; nem mesmo na *Consolatoria*, texto que marca total desencantamento, o autor demonstra desapego a seus valores republicanos. Penso que a forma mais adequada de interpretar o livro I é através dos *argumentos contrários*, e que a posição defendida por Guicciardini neste texto é aquela do livro II, em que os interlocutores deixam suas desavenças de lado, e se põe a discutir a construção de um modelo adequado para a República de 1494, modelo este que poderia ser aplicado no caso de retorno à forma republicana. Assim, o livro I corresponderia à contraposição de argumentos *in utramque partem*, enquanto o livro II constrói um modelo de República com base no *ragionamento*, o diálogo em busca de um consenso.

Como já foi mencionado, o livro II repete as teses centrais do *Discorso di Logrognò*. Bernardo del Nero, que no livro I havia defendido o retorno dos Medici, conforma-se com a adequação da sua arte – a arte do estado, calcada na sabedoria prática e argumentos eficientes – aos princípios mobilizados por Capponi, Soderini e Piero Guicciardini. Se é certo que sua argumentação em alguns pontos destrói muitos dos pontos de vista de seus interlocutores, a análise “efetiva” operada pelo homem de estado florentino coloca-se, no livro II, à serviço dos princípios de uma República bem ordenada. O fato de que as conclusões desse diálogo equivalem aos pontos de vista sustentado no *Discorso di Logrognò* é bastante significativo: ao aliar os fundamentos do bom governo – liberdade, concórdia, harmonia e justiça – com a arte do estado, estes homens chegariam a um *consenso* sobre a maneira adequada de organizar a República. Nesse sentido, a forma dialógica exprime o debate racional entre os florentinos, com vistas à organização do melhor governo possível naquele contexto. Não é o caso de delinear detalhadamente as teses do livro II, pois que estas equivalem aos princípios defendidos no texto de 1512. O importante é que, ao aceitar debater

ordenato e regolato debitamente: il che consiste principalmente in due fondamenti. Il primo è che tutti i magistrati e uffici, così per la città come per il dominio, siano distribuiti, tempo per tempo, da uno *consiglio universale di tutti quegli che secondo le leggi nostre sono abili a partecipare del governo*; senza l'approvazione del quale consiglio leggi nuove non si possono deliberare. (...) Il secondo fondamento principale è che le deliberazioni importanti, cioè quelle che appartengano alla pace e alla guerra, alla esaminazione di leggi nuove, e generalmente tutte le cose necessarie alla

com seus interlocutores sobre a melhor maneira de organizar a República, Bernardo del Nero coloca sua arte a serviço dos valores do bom governo. Após o descanso de uma noite, o diálogo é retomado na manhã seguinte. Afirma del Nero:

“As noites são tão longas, e os velhos comumente dormem tão pouco, que eu tive muitas horas para revolver o *ragionamento* de ontem; e quanto mais pensei sobre isso, tanto mais as coisas que disse parecem mais verdadeiras. Ainda porque eu posso facilmente me enganar, eu ficaria extremamente satisfeito em ouvir suas opiniões, embora não para discutir com vocês, se discordarem de mim, pois que tal debate seria tedioso. (...) Não me poupem, como não os poupei: eu os escutarei com bom grado e também, se algo me ocorrer, colocarei questões a vocês”. (*Dialogo del reggimento di Firenze*, p.127).¹⁸⁴

Após admitir que o encontro do dia anterior não se mostrou profícuo, Bernardo del Nero passa a palavra a Piero Capponi, para que este exponha as preocupações que atormentavam aos *grandi* naquele momento de transição. Para Capponi, ainda que o *stato* tenha se tornado mais *largo* que o desejado, era melhor que o domínio dos Medici, pois que, com o tempo, haveria a moderação necessária, a qual incidiria para o domínio *ottimati*.¹⁸⁵ Ele volta a frisar que com os Medici a cidade se tornara pouco viril, mostrando-se incapaz de dominar outros povos e aumentar seus domínios; somente a República bem organizada poderia criar uma milícia forte na cidade, que pudesse resgatar o papel ativo dos cidadãos.¹⁸⁶ Após a longa exposição de Capponi, Bernardo del Nero retruca,

amministrazione d’una città e dominio tale, si trattino da’ magistrati preposti particolarmente a questa cura...”.

¹⁸⁴ “L notte sono sì lunghe ed e’ vecchi per l’ordinario dormono sì poco, che io ho avuto tempo parecchie ere a rivolgermi per la mente el ragionamento di iersera; e quanto più vi ho pensato tanto mi paiono più vere molte cose di quelle che io vi ho detto. Pure perché facilmente potrei ingannarmi, arò piacere d’intendere la opinione vostra, non per disputare se la sarà contraria alla mia, perché el disputare non sarebbe altro che generare tedio, conciosiaché questa materia, per quello ché è stato detto ieri e per quello che di più direte voi, resterà illuminata abbastanza. Voi avete a ogni modo a desinare qui, perio abbiamo tempo assai; non siate più avari a me che sia stato io a voi: io vi udirò volentieri e anche, se mi verrà a proposito, vi dimanderò”.

¹⁸⁵ *Dialogo del reggimento di Firenze*, p.129. “e se bene lo stato nuovo è venuto più largo che io non avevo creduto o desiderato, e che io creda essere vero che in questo vivere popolare saranno de’ disordini e almanco non vi sarà la liberazione di tutti e’ mali che erano nello altro”.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 132. “E certo io posso male credere che questo governo popolare ci abbia a conducere in tanto disordine, che noi non siàno per conservarci e che e’ diffeti che si scopriranno allà giornata non abbino a essere medicati convenientemente; perché ognuno amerà el benne commune, e questa liberta gustata sara ogni dí più amata e tenuta più cara; e se noi ci voltassino a

dizendo que o problema da milícia não é tão simples, uma vez que ela pode causar uma série de desordens na cidade; afinal, os florentinos teriam se desacostumado com as armas.¹⁸⁷ A discussão parece caminhar para a mesma situação do livro I – em que argumentos contrários são contrapostos, sem que se chegue a um acordo –, até que uma intervenção de Piero Guicciardini altera os rumos do debate:

“Mas parece-me que seja melhor seguir o caminho iniciado, ao invés de perder tempo com inutilidades, especialmente por acreditar que o que havia a se dizer de bom e mal sobre ambos os governos já foi feito, ao menos as coisas mais importantes. E até onde entendi, Bernardo confessa que no governo dos Medici havia muitos defeitos, e considera que haverá muitos neste [governo] que se instaura. Assim, penso que não se discutiu qual dos dois governos seja o melhor, mas o menos nocivo. Resta agora procurar, como foi dito no início, qual seria o *bom governo* para esta cidade, e declarado qual seja, que seja a vez de Bernardo, a quem foi incumbida a tarefa, a qual aceitou de bom grado, e se lhe for aprazível [tal tarefa], nosso *ragionamento* terminará com grandíssima utilidade, pois que não só teremos conhecido que este e aquele [governos] são ruins, ms também qual seria bom. (*Dialogo del reggimento di Firenze*, p.142. Grifos meus).¹⁸⁸

Não parece um mero acaso o fato de Francesco Guicciardini colocar na boca de seu venerado pai os argumentos que incidem para a mudança definitiva nos rumos daquele *ragionamento*, em direção a um ponto de vista consensual. Desta passagem em diante, Bernardo del Nero passa a conduzir as discussões, com vistas à definição do melhor governo possível para a cidade de Florença.

armarci, come há detto Pagolantonio e come già furono e' padri nostri, cosa che lo stato de' Médici non poteva consentire, saremo tanto più gagliardi”.

¹⁸⁷ Ibid., pp.134. “Però la prima difficoltà che voi sresti a ridurre era la città ed e'paesi nostri alla milizia, sarebbe fare capace allo universale, sanza chi non si può deliberare, che fussi bene fatto, perché una cosa sì nuova e tanto contraria al corso del vivere nostro, a qualcuno parrebbe impossibile, a molti pericolosa, a quasi tutti ridicula”.

¹⁸⁸ Piero Guicciardini: “...ma mi pare che ora sia meglio seguitare el cammino cominciato, che perdere tempo sanza utilità, massime che io credo che sia detto tutto quello che si può dire di bene e di male de l'uno governo e dell'altro, o almanco quello che importa più. E per quanto ho comrpeso, Bernardo confessa che nel governo de' Medici erano molti difetti, e ha considerato che molti ne saranno in questo altro, e credo che voi non ne neghiate una buona parte; e così credo si disputi quale di questi dua governo sia migliore, ma quale sia el manco cattivo. Resta adunche ricercare, e così fu detto nel principio, quale sarebbe buono governo per questa città, e dichiarato che sia questo, che tocca tocca a Bernardo che allora ne fu pregato e accettò la impresa e se gli conviene per ogni conto, sarà finito el nostro ragionamento con grandíssima utilità, poi che non solo areno conosciuto che questo e quello è male, ma ancora quale sarebbe bene”.

Para tanto, afirma: “não devemos procurar um governo imaginário [*uno governo immaginato*], que seja mais fácil de aparecer nos livros que na prática, talvez como a república de Platão. Ao invés, deve-se considerar a natureza, a qualidade, as condições, a inclinação, e para reduzir todas essas coisas em uma palavra, os humores da cidade e dos cidadãos”.¹⁸⁹ Assim, ao aliar a análise racional (*ragionevole*) dos “efeitos” dos governos à busca “de um governo que seja totalmente bom, ao menos nas coisas principais”¹⁹⁰, del Nero urde a conexão necessária entre a arte do estado – da qual é reconhecidamente um mestre – e os princípios do bom governo – defendidos por seus interlocutores. Suas conclusões não poderiam ser distintas daqueles pontos de vista formulados no *Discorso di Logrognò*; levando-se em conta os “humores da cidade e dos cidadãos” – natureza, condições, qualidades e inclinações – ele conclui que a melhor forma de organizar a cidade de Florença deveria levar em conta a natureza livre do povo – o que faz o ancião descartar o governo dos *ottimati*.¹⁹¹ Nesse sentido, del Nero sustenta que *Consiglio Grande* seria a “alma da cidade” e o “fundamento da liberdade”¹⁹²; ele destaca também a necessidade de assegurar as decisões fundamentais a uns poucos cidadãos¹⁹³; defende a criação de um senado, como a forma de garantir assento e poder aos sábios,¹⁹⁴ assim como a perpetuidade do cargo de *gonfaloniere*¹⁹⁵, etc. Deste modo, Florença poderia se tornar novamente uma cidade em que a busca de honra e glória servissem ao bem público, e não somente ao interesse particular.¹⁹⁶ Del Nero se opõe ao princípio platônico de

¹⁸⁹ Ibid., p.146. “E però non abbiamo a cercare di uno governo immaginato e che sia più facile a apparire in su’ libri che in pratica, come fu forse la republica di Platone; ma considerato la natura, la qualità, le condizioni, la inclinazione, e per strignere tutte queste cose in una parola, gli umori della città e de’ cittadini”.

¹⁹⁰ Ibid., p. 144. Bernardo del Nero: “e noi ragionevolmente dobbiamo cercare di uno governo che possa essere tutto buono o almeno nelle cose più importanti, e non di uno che bisogni che sia cattivo”.

¹⁹¹ Ibid., p.145. Bernardo del Nero: “La equalità ci è naturale e contrarissimo el vedere tanti capi (...) in modo che io reputo che questo [governo] degli ottimati sai el peggiore governo che possa avere la nostra città”.

¹⁹² Ibid., p.149-150. Bernardo del Nero: “El fondamento principale adunche, e la anima del governo popolare, è come avete fatto voi, el consiglio grande, cioè uno consiglio universale di tutti quegli che secondo gli ordini nostri sono abili a avere gli uffici della città...”.

¹⁹³ Ibid., p.152. Bernardo del Nero: “Ma perché questo non si può fare, non essendo gli uomini tutti atti a governare, anzi avendo bisogno quase tutti di essere governati, però è necessario pensare che le deliberazione importanti si restringhino in minore numero”.

¹⁹⁴ Ibid., p. 169. Bernardo del Nero: “La autorità del governo si ha a ridurre in su le spalle di uno consiglio che e’ romani chiamavano senato, e’ viniziani pregati”.

¹⁹⁵ Ibid., p. 153. Bernardo del Nero: “Com questo esemplo eleggerei uno gonfaloniere a vita...”.

¹⁹⁶ Ibid., p. 163. “Hanno le città libere a non avere per male che’ cittadini sua siano desiderosi della gloria o dello onore, perché questo appetito o volete dire ambizione, è utile perché dà causa agli uomini di pensare e di fare cose generose ed eccelse”.

que, em uma cidade bem ordenada, os sábios não se sentiriam imbuídos a participar do governo; para ele, a busca da honra e estima seria o princípio capaz de imbuir o homem a participar ativamente dos negócios da cidade, e numa república bem ordenada os interesses pessoais acabam servindo ao interesse coletivo.¹⁹⁷ Até mesmo os argumentos mais pontuais do *Discorso di Logrognò* são repetidos no livro II do *Dialogo*: a necessidade de diminuição do poder da *signoria*, os pontos de vista contra o *gonfaloniere* vitalício (que mesmo assim não demovem o autor de sua tese de que a perpetuidade é mais adequada à cidade), a crítica da divisão dos cargos de acordo com as guildas¹⁹⁸, entre outros. Assim, o livro II se apresenta como a resolução do impasse do primeiro livro. As razões contrárias dão lugar à construção, através do *ragionamento*, de uma República bem ordenada, adequada à natureza da cidade e humores dos cidadãos.

¹⁹⁷ Ibid., p.173. Bernardo del Nero: “E se bene io dissi ieri che e’ cittadini buoni non hanno volontà di governare, e che al bene essere delle città basta che vi sia la sicurtà, nondimeno questo è uno fondamento che fu più facile a Platone a dirlo, che a chi si è maneggiato nelle repubbliche a vederlo, e più rogoroso che non è oggi el gusto degli uomini, e’ quali hanno tutti per natura desiderio di essere stimati e onorati”.

¹⁹⁸ Ibid., p. 175. Bernardo del Nero: “Né vorrei per la ragione medesima necessitarmi a dare a la arte minore la rata sua, anzi potere torre a ogni membro secondo le quelità degli uomini; e sarebbe molto meglio levavare questa distinzione in tutti gli uffici, o non si potendo in tutti, farlo almanco in questi che importano troppo”.